

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2013/2016

Bernadete Maria Dalmolin
Clenir Maria Moretto
(Orgs.)





UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

José Carlos Carles de Souza

Reitor

Neusa Maria Henriques Rocha

Vice-Reitora de Graduação

Leonardo José Gil Barcellos

Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Bernadete Maria Dalmolin

Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Agenor Dias de Meira Junior

Vice-Reitor Administrativo

UPF Editora

Cleci Teresinha Werner da Rosa

Editora

CONSELHO EDITORIAL

Alvaro Della Bona

Carme Regina Schons

Cleci Teresinha Werner da Rosa

Denize Grzybowski

Elci Lotar Dickel

Giovani Corralo

João Carlos Tedesco

Jurema Schons

Leonardo José Gil Barcellos

Luciane Maria Colla

Paulo Roberto Reichert

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani

Telisa Furlanetto Graeff

CORPO FUNCIONAL

Cinara Sabadin Dagneze

Revisora-chefe

Daniela Cardoso

Revisora de textos

Graziela Thais Baggio Pivetta

Revisora de textos

Sirlete Regina da Silva

Design gráfico

Rubia Bedin Rizzi

Diagramadora

Carlos Gabriel Scheleder

Auxiliar administrativo

Bernadete Maria Dalmolin
Clenir Maria Moretto
(Orgs.)

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2013/2016

2014



Copyright das autoras

Cinara Sabadin Dagneze

Daniela Cardoso

Graziela Thais Baggio Pivetta

Revisão de textos e revisão de emendas

Sirlete Regina da Silva

Projeto gráfico e produção da capa

Rubia Bedin Rizzi

Diagramação

Este livro, no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito do(s) autor(es). A exatidão das informações e dos conceitos e opiniões emitidas, as imagens, as tabelas, os quadros e as figuras são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P769 Política de responsabilidade social 2013/2016 [recurso eletrônico] / Bernadete Maria Dalmolin, Clenir Maria Moretto (Orgs.). – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014.
1,55 Mb ; PDF.

Modo de acesso gratuito: <www.upf.br/editora>.
ISBN 978-85-7515-843-2

1. Responsabilidade social da empresa. 2. Educação. 3. Ensino superior. I. Dalmolin, Maria, coord. II. Moretto, Clenir Maria, coord.

CDU: 658:174

Bibliotecária responsável: Fernanda Spíndola - CRB 10/2122

UPF EDITORA

Campus I, BR 285 - Km 292,7 - Bairro São José

Fone: (54) 3316-8374

CEP 99052-900 - Passo Fundo - RS - Brasil

Home-page: www.upf.br/editora

E-mail: editora@upf.br

Editora UPF afiliada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

COMISSÕES DE TRABALHO

Política de Responsabilidade Social – Inclusão social

Alcione Becker da Rosa
Bernadete Maria Dalmolin
Clenir Maria Moretto
José Raul Bertolin

Política de Responsabilidade Social – Meio ambiente

Aline Custódio Ferrão Passini
Clóvia Marozzin Mistura
Elisabeth Maria Foschiera
Flávia Biondo da Silva
Maritania Morgan

Política de Responsabilidade Social – Cultura, memória e patrimônio

Ana Paula Wickert
Cassiano Cavalheiro Del Ré
Gizele Zanotto
Ironita Adenir Policarpo Machado
Marcio Tascheto da Silva
Mariane Loch Sbeghen

Colaboradores na elaboração do documento

Adroaldo Baseggio Mallmann
Aislan de Andrade Freitas
Carina Tramontina Corrêa
Carine Hackenhaar
Cristina Fioreze
Julio Cesar Giacomini
Magda Inês Luz Moreira
Nadir Antonio Pichler
Robert Filipe dos Passos
Teresinha Bastos Scorsatto

Sumário

Apresentação	8
--------------------	---

PARTE I

Política de Responsabilidade Social da UPF

1 A responsabilidade social na UPF - Inclusão social	13
1.1 Aspectos históricos	13
1.2 Da importância da responsabilidade social nas IES	16
1.3 Mapeando a responsabilidade social na UPF	25
1.3.1 Aspectos da responsabilidade social na governança organizacional da UPF	27
1.3.2 Responsabilização dos impactos da UPF na sociedade, na economia e no meio ambiente.....	28
1.3.3 Respeito pelas partes interessadas	30
1.3.4 Sobre as práticas de promoção dos direitos humanos na UPF	37
1.3.5 Relações entre a UPF e o desenvolvimento das comunidades.....	52
1.3.6 Práticas de proteção ao meio ambiente na UPF	59
1.3.7 Práticas de trabalho, <i>marketing</i> leal, legalidade das operações e questões relativas ao consumidor	62
2 Princípios e diretrizes da política de responsabilidade social na instituição	71
3 Objetivos da política de responsabilidade social da UPF	76
4 Aspectos metodológicos da implementação da política de responsabilidade social da UPF	79
5 Metas e estratégias de implementação da política de responsabilidade social na UPF - 2013/2016	83
Referências	92

PARTE II

Diretrizes norteadoras da política de responsabilidade social na UPF - Meio ambiente

1	Política de desenvolvimento social - meio ambiente da UPF.....	96
2	Histórico das ações ambientais na UPF.....	99
2.1	Centro de Ciências e Tecnologias Ambientais (CCTAM).....	99
2.2	Setor de Saneamento Ambiental (SSA).....	100
2.3	Museu Zoológico Augusto Ruschi (Muzar).....	100
3	Política ambiental da Universidade de Passo Fundo.....	101
3.1	Objetivos da política ambiental da UPF.....	102
4	Eixos temáticos.....	103
4.1	Preservação, conservação e sustentabilidade ambiental .	103
4.2	Educação e comunicação ambiental.....	105
4.3	Gerenciamento de resíduos, efluentes, emissões e prevenção da poluição.....	106
4.4	Eficiência energética.....	108
4.5	Planejamento, urbanização e ocupação dos espaços.....	109
5	Estratégia, procedimentos para elaboração, avaliação e solidificação da política ambiental institucional.....	111
	Referências.....	112

PARTE III

Diretrizes norteadoras da política de responsabilidade social na UPF - Cultura, memória e patrimônio

1	Política institucional de cultura, memória e patrimônio.....	114
1.1	Diagnóstico.....	114
1.2	Concepção.....	116
1.3	Princípios e diretrizes.....	118
1.4	Objetivos.....	119
1.5	Ações.....	120
1.6	Espaços.....	122
2	Articulação, convênios, avaliação e atualização.....	124
2.1	Articulação e convênios.....	124
2.2	Avaliação e atualização.....	125
	Referências.....	126

Apresentação

O livro *Política de Responsabilidade Social 2013/2016*, que expressa um conjunto de valores, princípios, diretrizes e metas a ser assumido coletivamente na instituição, considerando os desafios que as instituições de ensino superior têm em relação ao impacto de suas ações, destacando a promoção do desenvolvimento sustentável de forma ética e transparente.

O caminho da construção da política constitui-se no esforço de sistematização de elementos que se fazem presentes na trajetória de uma instituição de caráter comunitário, cuja missão é “produzir e difundir conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e formar cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuarem como agentes de transformação”. Para cumprir a missão da instituição, estabeleceu-se que a prioridade será a busca do desenvolvimento da sociedade por meio da formação de recursos humanos e do desenvolvimento e da difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, configurando-se como um centro de excelência, com vistas ao aprimoramento da sociedade (PDI 2012-2016, p. 10).

A preocupação das instituições em responsabilizarem-se pelos seus impactos, pelas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente intensificou-se nas últimas duas décadas, no Brasil e no mundo, justificada pela importância de as instituições universitárias firmarem novos patamares éticos na sua relação com as comunidades e sociedades às quais estão vinculados. O Ministério da Educação (MEC) vem sinalizando, com auxílio de instrumentos regulatórios das IES,

a importância da institucionalização e da formalização de práticas de responsabilidade social no percurso de formação dos discentes, contemplando quatro grandes áreas: inclusão social; desenvolvimento econômico e social; meio ambiente; e preservação da memória e patrimônio cultural (lei nº. 10.861, de 14/04/2004).

O Planejamento Estratégico da Instituição para o período 2012-2021 estabeleceu que, até julho de 2012, essa política deveria passar por uma readequação, com a instauração de espaços de debate e problematização junto às comunidades interna e externa, com vistas à sua institucionalização em todas as áreas. Esse processo implicou o trabalho de análise de indicadores sociais internos e externos, considerados como indicativos das novas ações a serem desenvolvidas nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Observando as normas vigentes de responsabilidade social, o PDI 2012-2016, os documentos da ABNT, os indicadores Ethos, os Objetivos do Milênio e outros documentos relacionados – referência na construção da política –, foram nomeadas três comissões pela Reitoria da UPF, a saber: Comissão do meio ambiente; Comissão da preservação da memória e patrimônio cultural e a Comissão da inclusão social, desenvolvimento econômico e social. Estas foram coordenadas pela Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e tiveram a incumbência de subsidiar e propor a sistematização da presente política. Para tal, adotaram como metodologia de trabalho estudos sobre a situação atual das diferentes dimensões, estudo das políticas para cada área e proposição de uma síntese que contemplasse as necessidades da UPF. Esse processo iniciou-se nos grupos específicos de trabalho e articulação entre os três grupos, até a feitura de uma proposta a ser apresentada e discutida com a comunidade acadêmica.

O amadurecimento desse percurso realizou-se a partir do aprofundamento da temática da responsabilidade social em IES, com ênfase na educação em direitos humanos, sob a

forma de seminários e debates interinstitucionais. Tais dispositivos apontaram para a pertinência de introduzir nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, um conjunto de diretrizes que dispõe sobre metodologias que devem transversalizar a diversidade de questões que envolvem a responsabilidade para com a promoção dos direitos humanos e sociais dos sujeitos acadêmicos, bem como as instituições e demais indivíduos com os quais se relacionam.

Partindo desse contexto que promove novos olhares para a responsabilidade social das IES, o presente documento tem como objetivo constituir-se em instrumento para o aprimoramento da gestão universitária no que tange à construção conceitual, à definição de princípios e valores que irão compor os demais instrumentos de gestão da responsabilidade social, materializada nas práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Universidade de Passo Fundo.

Na visão de Calderón (2006a, p. 14) apud Vallaeys (2006), considerando o papel das universidades no estabelecimento de uma espécie de novo contrato social com a sociedade e o meio no qual estão inseridas, faz-se fundamental considerar três grandes eixos de sustentação às IES, os quais consistem em:

- a) garantir a responsabilidade social da ciência;
- b) promover a formação da cidadania democrática, por meio da formação de estudantes e cidadãos responsáveis;
- c) contribuir para o desenvolvimento, por meio da formação do estudante como agente do desenvolvimento, instituindo a problemática do desenvolvimento como tema transversal e prioritário em todas as carreiras.

Reconhecendo a importância das instituições de ensino superior na promoção do desenvolvimento sustentável, importante lembrar que, pautados legalmente por valores democráticos e pela finalidade pública (inclusive as de caráter privado e organizadas para cumprir as prerrogativas da legislação

que estabelece padrões de oferta e princípios de finalidade), as IES têm em seu horizonte de preocupações a qualidade de vida, o modo como as pessoas vivem, as escolhas que têm e não apenas recursos ou rendas de que dispõem (SEN, 2010).

Diante da afirmativa, coloca-se como desafio à UPF, instituir processos formativos que mobilizem os sujeitos – estudantes, professores, funcionários – comunidades locais e regionais a assumirem a responsabilidade social não como um apêndice que, muitas vezes, materializa-se em ações pontuais, mas como elemento fundante de um projeto de universidade e de sociedade que se almeja construir.

Baseado nessas considerações, o presente texto está organizado em três partes. Na Parte I, são apresentados os aspectos que contextualizam historicamente a responsabilidade social nas IES e na UPF, destacando aspectos gerais de práticas em responsabilidade social vigentes na instituição; depois, apresentamos a proposta de implantação da Política de Responsabilidade Social Universitária (PRSU) por meio de diretrizes, objetivos, metas e indicadores que poderão nortear as práticas de RS no período de 2013 a 2016.

Na Parte II, descreveremos a política de desenvolvimento social de meio ambiente da UPF, destacando o histórico das ações ambientais por meio do Centro de Ciências e Tecnologias Ambientais (CTAM), do Museu Zoobotânico Augusto Ruschi (MUZAR), bem como os objetivos, os eixos temáticos e as estratégias para a política ambiental institucional.

Na Parte III, elencamos as diretrizes norteadoras da política de responsabilidade social na UPF voltada para a cultura, memória e patrimônio, apresentando a proposta da política, por meio de diagnóstico, concepção, princípios e diretrizes, objetivos, ações e espaço, bem como a partir da articulação, dos convênios, da avaliação e de sua atualização.

PARTE I

Política de Responsabilidade
Social da UPF

1 A responsabilidade social na UPF - Inclusão social

1.1 Aspectos históricos

A Universidade de Passo Fundo, com sede em Passo Fundo, estado do Rio Grande do Sul, criada e mantida pela Fundação Universidade de Passo Fundo, é uma instituição comunitária e regional, reconhecida pelo governo federal com o decreto nº 62.835, de 6 de junho de 1968. Sua implantação resultou do amadurecimento de uma experiência de ensino superior que se operava em Passo Fundo já há mais de uma década. Já em 1950, instituíra-se em Passo Fundo a Sociedade Pró-Universidade, com o objetivo de fundar uma universidade. Só mais tarde, em 1956, seria criado o primeiro curso de ensino superior do município: a Faculdade de Direito. Nesse mesmo ano (1956), fundou-se o Consórcio Universitário Católico, integrado pela Mitra Diocesana de Passo Fundo e por várias entidades religiosas da cidade. O Consórcio criou, no ano seguinte (1957), a Faculdade de Filosofia, implantando os cursos de Filosofia, Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas. A Sociedade Pró-Universidade continuou investindo na ampliação das oportunidades acadêmicas com a criação das faculdades de Ciências Políticas e Econômicas, Odontologia e Agronomia, incorporando também o já existente Instituto de Belas Artes. Por seu turno, o Consórcio Universitário Católico am-

pliou suas ações com a implantação, na Faculdade de Filosofia, dos cursos de Ciências Naturais e Estudos Sociais. Essas duas entidades e suas respectivas faculdades e cursos uniram-se para criar uma universidade, por intermédio da Fundação Universidade de Passo Fundo, em 28 de junho de 1967. No ano seguinte, foi oficialmente instituída a Universidade de Passo Fundo. Desde os seus primeiros momentos, a instituição assumiu a conformação de uma universidade comunitária, cujas principais características são:

- a) ser pública não estatal, surgida de iniciativas essencialmente comunitárias, e definida como não confessional, não empresarial e sem alinhamento político-partidário ou ideológico de qualquer natureza;
- b) desenvolver um serviço educativo e científico sem fins lucrativos, sendo todos os excedentes financeiros reaplicados em educação e somente em território nacional;
- c) ter patrimônio não pertencente a um dono, grupo privado ou confissão religiosa, mas a uma fundação comunitária, cuja totalidade dos bens tem destinação pública, revertendo, em caso de dissolução, para o controle do município. Seus balanços são de domínio público, sendo, após análise e aprovação internas, submetidos a auditores independentes, a um conselho fiscal e à aprovação do Ministério Público;
- d) ter um conselho dirigente da mantenedora, o Conselho Diretor, cujos membros, eleitos pela Assembleia Geral, não são sejam remunerados no exercício de suas funções;
- e) eleger democraticamente seus dirigentes para os diferentes níveis da administração;
- f) manter entre os integrantes de seus conselhos superiores representantes da comunidade externa;

- g) vincular as atividades de ensino, pesquisa e extensão às necessidades regionais, destacando-se projetos ligados ao desenvolvimento humano, econômico e social.

Essas características fazem da Universidade de Passo Fundo uma universidade comunitária, nos termos do art. 213 da Constituição Federal. Segundo o artigo 20 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as instituições privadas de ensino enquadram-se nas categorias particulares e/ou comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade (Brasil, 1996, p. 16).

O compromisso com o ensino e com a formação de profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento, na perspectiva das necessidades regionais projetou a Universidade de Passo Fundo no sentido de implantar ou oferecer, em cidades da região de sua inserção, cursos de graduação desde a década de 1970. A permanência e a repercussão das chamadas “extensões universitárias” evoluíram para uma estrutura “multicampi”. Desde 1993, a UPF tornou-se uma instituição multicampi (Parecer 772/93 do Conselho Federal de Educação), implantando unidades nos municípios-polo da região: Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Soledade e Sarandi.

Sem perder de vista a dimensão global, a integração no Mercosul e as políticas nacionais, a instituição tem como compromisso prioritário o desenvolvimento socioeconômico, cultural e científico da região na qual está inserida. A abrangência regional da UPF compreende cem municípios, com uma população superior a 800 mil habitantes. Tradicionalmente, essa região tem na agropecuária sua principal base de sus-

tentação, além da agroindustrialização, serviços de saúde, comércio e, em fase inicial, o turismo.

Na UPF, no ano de 2014, foram ofertados 60 cursos de graduação, os quais possibilitam a obtenção de títulos de bacharel, licenciado ou tecnólogo; 27 cursos de pós-graduação *lato sensu* e 17 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 13 cursos de mestrado – 3 profissionais e 10 acadêmicos – e 4 de doutorado, além de um estágio pós-doutoral.

1.2 Da importância da responsabilidade social nas IES

Uma breve problematização da importância das instituições de ensino superior no desenvolvimento dos países latino-americanos indica considerar um cenário de apreensões e novos desafios para a educação superior, pois a política social é de fundamental importância para o avanço da democracia e a materialização da cidadania em suas diversas dimensões.

Considerando um conjunto de transformações que se intensificaram na década de 1990, evidenciam-se as exigências feitas pelo Banco Mundial para que fossem garantidos e, ao mesmo tempo, ampliados os investimentos na educação, principalmente em relação aos países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento tardio, como é o caso do Brasil. Inicialmente, credita-se tal tensionamento ao campo paradoxal vivenciado pelas IES no Brasil e na América Latina, no que tange ao cumprimento de uma agenda pautada pelos processos de globalização e atendimento à lógica do mercado ao tempo que, também, é solícito à universidade a produção de pensamento crítico e emancipatório.

Nesse contexto, as universidades são provocadas a ampliar e democratizar o acesso de jovens às universidades brasileiras e, também, a responder de forma competitiva na

prestação de seus serviços que são, fundamentalmente, um “bem público”; ao mesmo tempo, essas provocações vêm acompanhadas da forte tendência de mercantilização do ensino superior, indicada, de um lado, pela necessidade de formação de mão de obra qualificada, e por outro, pela ampliação quantitativa de pessoas com formação superior que acreditam estar em condições de acessar o mundo do trabalho. Nessa breve descrição, menciona-se que a universidade sofre uma crise sem precedentes em relação à sua capacidade de produzir sujeitos capazes não só de construir, mas também de melhorar o mundo, as relações, o ambiente.

Sendo a UPF uma instituição de ensino superior de caráter público, mas que não recebe integralmente subsídios financeiros do estado, a dimensão da crise institucional, enquanto instância de construção do conhecimento, é permanentemente tensionada pelos critérios que o mercado utiliza em suas relações comerciais de natureza diversa. Na visão de Boaventura de Souza Santos:

Para sobreviver, as universidades têm de estar ao serviço destas duas ideias mestras sociedade de informação e economia baseada no conhecimento – e para isso têm de ser elas próprias transformadas por dentro, por via das tecnologias da informação e da comunicação e dos novos tipos de gestão e de relação entre trabalhadores de conhecimento e entre estes e os utilizadores ou consumidores (2008, p. 27).

Considerando ser esse um novo paradigma institucional das universidades, compreende-se que as universidades privadas e de caráter comunitário, como é o caso da UPF, encontram desafios ainda maiores no que tange às condições de sustentabilidade, e em especial, ao modo como asseguram em suas práticas, as dimensões da responsabilidade social. Coloca-se, então, como questão a responder, qual o papel de uma instituição de ensino na promoção da integração social e política entre países, culturas e povos, no sentido de re-

sistir à mercantilização da vida, da educação, do trabalho? Em contraponto a tais perspectivas, Nussbaum afirma, ao estudar as instituições de ensino e seu papel na construção da cidadania democrática, que deveríamos estar seguros de saber reconhecer o valor da vida humana, e nos vermos como ligados por capacidades e problemas humanos comuns com as pessoas que aparentemente estão distantes de nós (2010, p. 28). Nessa direção, seria prerrogativa de qualquer formação, não só da área de humanas, a pergunta acerca das responsabilidades das universidades em relação à compreensão dessas prioridades.

Tal discussão, ainda incipiente na maioria das IES, está marcada pelo período em que começou a ser pensada e discutida a reforma da educação superior no Brasil. Documentos e prerrogativas legais do MEC indicavam ainda em 2004 a perspectiva de se produzir no contexto dessas instituições, profundas mudanças no que tange à estrutura organizacional, ao modelo de governança, de gestão, buscando aprimorar a eficiência institucional e a qualificação pedagógica.

Eis que, esse processo vem sendo regulado pelo Ministério da Educação, cujo desafio é o de garantir que mesmo as instituições de ensino superior privadas trabalhem na perspectiva de que a educação é um bem público, e por isso, constitui-se em política social, compromissada com os valores da cidadania e com os princípios da universalidade, da equidade e da qualidade.

Diante dessa questão, compreende-se que pensar a responsabilidade social em instituições do ensino superior na contemporaneidade implica, inicialmente, reconhecer que a atuação das instituições de ensino no campo social é histórica e constituída de elementos que traduzem o modo como as políticas sociais foram concebidas em nosso país. Considerando ser o divisor de águas desse processo a Carta Magna brasileira de 1988, encontram-se, na história das IES brasi-

leiras, diferentes arranjos técnicos, políticos e científicos que produziram e, em muitos casos, reproduziram as desigualdades sociais também a partir dos modelos de funcionamento das universidades.

Ainda que a temática da responsabilidade social nas IES esteja em estágio inicial de discussão no Brasil, é recorrente e data de no mínimo duas décadas o discurso do papel emancipatório das universidades brasileiras, bem como é amplamente difundida a ideia de que a universidade é lugar *sinequa non* de promoção da cidadania. Esse discurso, embora contribua para legitimar os percursos de instituições de ensino superior, exige um exame detalhado, principalmente quando em face de um contexto de novas realidades históricas e profundas mudanças no mundo do trabalho, as quais repercutem também no sistema de ensino e no cotidiano das instituições formadoras.

Pensar a responsabilidade social a partir de uma instituição de caráter comunitário coloca-nos diante de imperativos éticos, políticos, teóricos e metodológicos. Constatase que esses três modelos predominantes de universidades brasileiras são demandados pela tese (e também pela realidade) do capitalismo cognitivo a formar profissionais que produzam riquezas de forma diferenciada daquela que se instaurou com a Revolução Industrial. Esses profissionais, não raras vezes, são chamados a responder a realidades de onde emergem exigências que vão da mais complexa tecnologia de produção às mais singulares, sensíveis e comunicacionais tecnologias sociais.

Em publicação relacionada à responsabilidade social em IES comunitárias, Moretto e Dalmolin (2012) levantam um conjunto de reflexões que convidam a pensar a quem se dirige a formação acadêmica em IES. Trazendo tal questão para o contexto da presente política da UPF, ponderam: “Estamos formando para impactar que realidade? Do que falam essas realidades nas diferentes áreas do conhecimento? Que polí-

ticas institucionais temos para enfrentá-las/transformá-las?” Como se dá a organização da universidade em relação ao trabalho nas diferentes realidades, a amplitude desse trabalho e em que medida se alcança o que está disposto como missão institucional? Cientes de que não há respostas prontas, as autoras enfatizam ainda que o desenvolvimento integral “somente se concretiza em ato, ou seja, articulando dimensões e sistemas que compõem os distintos cenários vivos do território” (2012, p. 63-64).

Considerando a perspectiva conceitual de território para além do espaço e da localidade, é preciso reconhecer que as práticas de responsabilidade social não ocorrem dissociadas das dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas, culturais e estéticas dos territórios. Sendo assim, pergunta-se: onde começa a universidade e onde termina suas responsabilidades em articular e potencializar os territórios por meio de saberes, práticas e tecnologias?

O exercício de pensar o lugar de onde vemos a sociedade, os sujeitos, as comunidades, as cidades implica superar uma cultura que tão fortemente influenciou a constituição das universidades, marcadas pela fragmentação de saberes, pelo racionalismo exacerbado, conteudista, de viés predominantemente profissionalizante, meramente instrumental, onde foram também legitimados os saberes científicos por meio da cisão dos saberes produzidos socialmente.

Explica-se tal cultura compreendendo a constituição do campo social no Brasil e países latino-americanos, os quais foram caudatários de princípios paternalistas e clientelistas, que muito contribuíram para a reprodução das desigualdades sociais, bem como para a afirmação das elites como herdeiras do direito nato de cursar o ensino superior e por consequência incidir nos destinos de um país. Sendo assim, as IES e as demais instituições vitais à constituição do tecido social do Estado de Direito, principiaram práticas de corresponsabili-

zação junto ao estado na normalização e regulação da pobreza e demais expressões da questão social. Por conseguinte, as décadas de 1960 e 1970 inauguram tendências de responsabilização pelas empresas em relação ao enfrentamento da pobreza, período em que a responsabilidade social empresarial passa a fazer parte também da estratégia de *marketing* das instituições de grande influência no mercado mundial.

Sendo assim, considerando o cenário de expansão da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e do Terceiro Setor, Calderón (2006), identifica a institucionalização do mercado da educação superior; a transferência das responsabilidades estatais para o mercado; o fortalecimento da livre iniciativa e a hegemonia de políticas educacionais de corte neoliberal.

Voltando à compreensão de que, após a Constituição de 1988, as políticas sociais passam a ser vistas não mais como instrumentos de dominação e fisiologismo estatal e partidário, mas sim como estratégias de acesso aos direitos sociais, há que se considerar que as IES, por sua vez, passam a terem como função defender a responsabilidade social como parte da tradição universitária latino-americana, pautada pela defesa de ideais humanísticos, em prol de uma universidade comprometida na luta contra a pobreza e pela construção de uma sociedade mais justa e democrática (Calderón, 2006).

Partindo dessas considerações, quando constatamos que as instituições reguladoras solicitam às IES políticas e propostas de responsabilidade social, colocamo-nos dispostos a responder “para que a universidade?”, e “para quem”? Quem é a universidade?

Essas questões, quando colocadas como basilares no processo de construção de uma política de responsabilidade social, podem partir do reconhecimento do lugar de uma universidade brasileira, situada na região Planalto do RS, que atua num raio de mais de 150 municípios, e que se propõe a

escutar as demandas sociais, e reconhecê-las como parte do processo de formação dos profissionais que aqui buscam constituir suas histórias de trabalho, suas profissões.

Em face da dificuldade das instituições de ensino superior colocarem-se alheias, muitas vezes, ao aprofundamento e à qualificação das políticas sociais nas mais diferentes áreas do conhecimento, observa-se que na última década foram disponibilizados por meio de medidas outorgadas pelo Ministério da Educação, instrumentos de definição do papel das universidades no tocante às dimensões do exercício da cidadania, da emancipação e da construção de saberes e consciências críticas.

Um desses instrumentos consiste na Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, divulgada pelo MEC e emitida pelo Conselho Nacional de Educação, a qual estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Salienta-se que, a ênfase pela discussão dos direitos humanos como norteadores da construção da política de responsabilidade social constitui-se em uma das maneiras de a universidade assumir o lugar de onde pensa e de onde propõe práticas formativas.

A Resolução do CNE define, em seu artigo 2º, a educação em direitos humanos como um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos direitos humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, materializados nos seguintes princípios:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII - sustentabilidade socioambiental.

(Res. CNE/CP, 2004)

Se tomarmos esses princípios em comparação com o conjunto de princípios de que dispõe a Norma ABNT 26.000, é possível verificar a correlação entre estes, bem como sua coerência, oferecendo um conjunto de diretrizes para as instituições de ensino sustentarem suas propostas, dentre elas, as de responsabilidade social. A título de exemplo, a diretriz 19 trata especificamente de questões também levantadas pela Norma ABNT 26.000, como é o caso do fortalecimento dos princípios da democracia e dos direitos humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras.

Para além dessas normas e planos, observa-se que as IES brasileiras dispõem ainda de poucos mecanismos na organização de práticas socialmente responsáveis, destacando-se a ação do Ministério da Educação quanto ao alinhamento das IES às premissas da responsabilidade social, por meio dos mecanismos de avaliação e dos parâmetros que normatizam o cotidiano das instituições de ensino. O artigo 7º da LDB regulamenta o ensino nas iniciativas privadas atendendo às condições de cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino, sendo as instituições de ensino submetidas a critérios de autorização, funcionamento e avaliação de qualidade pelo poder público. Ainda no âmbito da regulação das instituições de ensino, o Sinaes (2004) indica, entre seus objetivos, três elementos centrais: 1) a identificação do mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; 2) a melhoria da qualidade da educação superior, orientada para a expansão da oferta; 3) a promoção da responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a sua autonomia.

Desde 2004, conforme destacado anteriormente, o instrumento de avaliação das IES, proposto pelo Sinaes, exige das IES o cumprimento da dimensão 3, a qual consiste na

“[...] responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural” (2004, p. 9).

O desdobramento dessa dimensão está disposto em quatro principais itens, indicando conceitos referenciais mínimos de qualidade (Sinaes, 2004, p. 4):

- a. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais, bem como a coerência entre as ações de responsabilidade social praticadas pelas IES e o PDI;
- b. Relações da IES com a sociedade, incluindo o setor público, setor privado e mercado de trabalho. Materializa-se parte da dimensão 3 quando as relações da IES com os setores da sociedade resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, incluindo ações para o desenvolvimento socioeconômico e educacional da região;
- c. Práticas de inclusão social, resultantes de diretrizes institucionais, adequadamente implantadas e acompanhadas;
- d. Relações da IES com a sociedade, incluindo a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Parte da dimensão 3 materializa-se quando as ações da IES com vistas à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente.

Diante desse conjunto de razões e elementos, que justificam a necessidade da implementação de uma política de responsabilidade social na UPF, faz-se o reconhecimento dos movimentos e práticas já institucionalizados no campo da responsabilidade social, descritos a seguir.

1.3 Mapeando a responsabilidade social na UPF

A primeira iniciativa em estabelecer parâmetros de atuação em relação à responsabilidade social na UPF ocorreu em 2005, quando fora construído o primeiro documento estabelecendo diretrizes de atuação nos âmbitos da inclusão social, do desenvolvimento econômico e social, da defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Nesse mesmo período, a instituição foi reconhecida publicamente por suas práticas de responsabilidade social, com a obtenção do Prêmio de Responsabilidade Social, concedido pela Assembleia Legislativa do RS e do Sinepe.

Embora a instituição tenha em sua essência a dimensão educativa, a qual indica um conjunto de instâncias reguladoras de suas ações, as orientações do processo que consolida a análise da realidade institucional e o planejamento dos rumos sociais, econômicos e ambientais da UPF são feitos por meio da construção de documentos que orientam as práticas administrativas e pedagógicas. Sendo assim, o percurso trilhado pela instituição no planejamento estratégico 2012-2021 traz indicativos das perspectivas de atuação em médio e longo prazo, com vistas ao cumprimento da finalidade e missão institucionais. Nessa direção, entende-se que os objetivos e metas transcendem uma estrutura hierárquica definida e devem estar em sintonia com a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, foram traçadas cinco linhas estratégicas, a saber: 1) qualidade educacional e valores acadêmicos; 2) sustentabilidade estrutural e econômica; 3) qualidade do ambiente interno e das relações humanas; 4) relações e interação com a comunidade; 5) planejamento e governança.

A concepção da atualização do PDI contou com a participação da comunidade acadêmica, demonstrando que a gestão universitária segue a cultura do planejamento das ações, vinculando as questões prioritárias atreladas a ações, cujos reflexos podem ser mensurados em curto, médio e longo prazos, conforme a programação (PDI, 2012, p. 6).

Essas cinco estratégias, dispostas no documento *Planejamento estratégico UPF*, balizam os preceitos de construção da política de responsabilidade social da instituição, considerando sua íntima vinculação com os princípios indicados nas legislações que regulamentam a responsabilidade social no Brasil.

Considerando ser a análise das práticas de responsabilidade social institucionais imprescindível para o fortalecimento dos quesitos que indicam desenvolvimento econômico e social aliado à sustentabilidade institucional da UPF, apresenta-se, sob a forma de síntese, o “estado da arte” da responsabilidade social da UPF. Ressalta-se que tal análise é referenciada nos indicadores dispostos pela normativa da responsabilidade social como a ABNT NBR ISO 26.000, Sinaes, PNDH3, como também no documento “objetivos do milênio”.

Enfatiza-se também que serão utilizadas, na organização das informações, as temáticas centrais de responsabilidade social indicadas na Norma ABNT 26.000, as quais consistem na análise da: governança organizacional; das práticas que promovem os direitos humanos, o envolvimento e o desenvolvimento com a comunidade; das práticas de promoção do meio ambiente, das práticas de trabalho, marketing leal e questões relativas ao consumidor.

1.3.1 Aspectos da responsabilidade social na governança organizacional da UPF

Considerando o período atual em que a UPF encontra-se no que diz respeito ao aperfeiçoamento e, à implementação de uma política de responsabilidade que compreenda, além de princípios e diretrizes, também indicadores de monitoramento e avaliação, observa-se que o processo de governança organizacional conta com a determinação das instâncias gestoras e dos líderes institucionais – Reitoria e Fundação Universidade de Passo Fundo, para com a decisão política e técnica de formulação e materialização da política de responsabilidade social.

O processo de gestão da Universidade de Passo Fundo é conduzido de modo a garantir princípios como a universalidade e o acesso ao conhecimento dos sujeitos que constituem a comunidade acadêmica, bem como aqueles em que a instituição estabelece relações institucionais. Historicamente, as decisões na UPF são tomadas de forma colegiada de modo a oportunizar a todos o conhecimento, ao mesmo tempo prevendo a sustentabilidade do sistema a fim de manter a evolução e a continuidade. Outro aspecto a ser observado pela gestão refere-se à indisociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscando-se mecanismos de suporte ao desenvolvimento desse princípio, a fim de atingir o mais alto grau de associação. Nesse contexto, a Universidade mantém um vasto ciclo de relações com a comunidade, exercendo um papel fundamental no campo da integração das forças comunitárias, bem como da responsabilidade social. Em razão de sua vocação comunitária, tem o compromisso com o desenvolvimento regional, contribuindo, para tanto, nos aspectos sociais, econômicos e culturais. No âmbito da qualidade educativa, a gestão é conduzida no sentido de proporcionar o seu desenvolvimento de forma contínua na busca da excelên-

cia educacional, propondo, constantemente a qualificação dos recursos humanos (cf. PDI, 2012).

Considerando os indicadores de responsabilidade no âmbito da governança, observa-se que em sua maioria, são exigidos instrumentos oficiais tais como políticas, planos, projetos escritos e legitimados institucionalmente. Embora muitos desses instrumentos não estejam ainda escritos, a instituição coloca-se frente ao desafio de construí-los, no sentido de garantir elementos tais como o comprometimento das lideranças com a política social da Instituição; a construção de incentivos econômicos e não econômicos relativos ao desempenho da responsabilidade social; os indicativos de que a instituição faz uso de recursos financeiros, naturais e humanos de forma eficiente; a promoção do equilíbrio entre as necessidades da instituição e as partes interessadas, levando em conta necessidades imediatas e também futuras; o estímulo efetivo à participação de todos os trabalhadores nas atividades de responsabilidade social na instituição. Em relação aos indicadores de implementação das decisões, para assegurar que estes ocorram de forma socialmente responsável e em conformidade com a perspectiva de garantir que a UPF analisa, avalia e revisa periodicamente os processos de governança da organização, elaborando os processos de acordo com resultados das análises, bem como que os comunica a toda a organização, anualmente a instituição procede ao exame de suas atividades, exemplo disso são os relatórios anuais de atividades.

1.3.2 Responsabilização dos impactos da UPF na sociedade, na economia e no meio ambiente

A UPF presta contas e responsabiliza-se por seus impactos, contando com o apoio de auditorias interna e externa. Sistemáticamente, a instituição recebe comissões do Ministé-

rio da Educação, Ministério Público, Ministério do Trabalho, Procuradoria das Fundações, Entidades Sindicais e demais órgãos de fiscalização, respondendo de forma pública pela sua conduta institucional e interinstitucional. Ao mesmo tempo, há um conjunto de legislações internas, regimentos, procedimentos e práticas institucionais que zelam pela cultura institucional da ética e da transparência das relações.

O balanço social e os relatórios anuais nas diferentes instâncias – administrativa, de ensino, de pesquisa e de extensão – constituem-se em importantes instrumentos de legitimação e prestação de contas à sociedade, aos sujeitos acadêmicos (professores, funcionários, estudantes) e aos demais envolvidos com a instituição.

A dinâmica do funcionamento dos colegiados institucionais tem a incumbência de mediar, avaliar e tomar medidas protetivas e reparadoras a respeito de comportamentos éticos indevidos na comunidade acadêmica e da própria instituição como um todo. A ouvidoria constitui-se em órgão que, esgotadas as possibilidades de comunicação e diálogo, faz a mediação de conflitos entre os sujeitos, departamentos, cursos, unidades de ensino, instâncias administrativas e representativas. A perspectiva ética coloca-se como pressuposto das relações acadêmicas/institucionais, cujas práticas propõem a não dissociação da ética da dimensão organizacional e da dimensão profissional, considerando que o desenvolvimento de uma cultura que sensibilize os sujeitos a preocuparem-se com o(s) outro(s) é responsabilidade de todos, seja qual for a especificidade de sua área de atuação. Para tanto, a ética é considerada componente transversal das atividades de ensino, perpassando projetos pedagógicos ou disciplinas que são sistematicamente avaliadas por um conjunto de dispositivos internos e externos; no âmbito da extensão, a dimensão ética está colocada nos pressupostos da política de extensão e da sua materialização, por meio dos centros, núcleos, programas e projetos,

cuja finalidade comum é produzir olhares e práticas condizentes com as realidades com as quais a universidade relaciona-se. No âmbito da pesquisa, a ética é propagada no intuito de garantir que todo processo investigativo realize-se dentro dos mais rigorosos preceitos éticos e morais, considerando a diversidade e a amplitude de pesquisas que envolvem animais, seres vivos e seres humanos. Nesse campo, todas as pesquisas passam por processo de institucionalização e avaliação das coordenações de pesquisa das unidades acadêmicas e da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação da Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (VRPPG). Aquelas que envolvem animais, seres vivos e humanos ainda são avaliadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição. Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP) avalia protocolos de pesquisa que envolvem seres humanos. Já a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) analisa protocolos que envolvem ensino e pesquisa com animais. São Comissões diferentes, mas estão ligados a VRPPG.

1.3.3 Respeito pelas partes interessadas

A identificação das partes interessadas com as quais a UPF relaciona-se passa pela compreensão de sua atuação histórica no contexto local e regional. Compreende-se como partes interessadas os territórios e sujeitos com os quais a universidade estabelece relações, os quais podem ser inicialmente definidos como: alunos, professores, funcionários, comunidades locais e regionais e instituições públicas e privadas. Buscando realizar um trabalho de excelência no campo educacional, a UPF, a partir das prerrogativas legais e constitucionais, estabelece mecanismos de garantia de acesso, permanência e acessibilidade das partes interessadas, em especial, ao grupo de alunos, que hoje soma mais de 20 mil pessoas.

Na perspectiva de garantir práticas e espaços direcionados aos diferentes públicos e suas necessidades, o Setor de Atenção ao Estudante (SAEs) tem estabelecida uma política de atendimento aos estudantes. Esse setor caracteriza-se como um espaço de acolhimento, escuta e mediação aos alunos, com o propósito de tornar acessíveis os recursos e espaços da Universidade de Passo Fundo. Por meio de serviços oferecidos, seguindo as diretrizes do ensino superior – quais sejam acessibilidade e permanência –, busca contribuir para que se efetive essa política, favorecendo a inclusão e a autonomia.

Para atender aos alunos portadores de necessidades especiais, o SAEs oportuniza os seguintes recursos e serviços, objetivando viabilizar e aprimorar o aprendizado do acadêmico com necessidades especiais:

- **Vestibular acessível:** programa desenvolvido em parceria com a comissão de vestibular, com a finalidade de garantir, no concurso vestibular, acessibilidade às pessoas com necessidades especiais permanentes ou temporárias, grávidas ou em alguma situação de doença. O SAEs oferece os seguintes recursos: provas em braille; provas com fonte ampliada; leitor/transcritor; microcomputador com leitores de tela DOS/VOX e NVDA; máquina Braille; tradutor intérprete de Libras; salas com fácil acesso. Após receber o relatório de solicitações de acompanhamento especializado feitas na inscrição, os recursos são disponibilizados de acordo com a especificidade de cada candidato.
- **Acessibilidade em eventos:** apoio à acessibilidade em eventos no âmbito da instituição, como palestras, congressos, colóquios, jornadas, entre outros. Os serviços disponibilizados são de tradução/interpretação de Libras/Português, mobilidade aos acadêmicos cegos ou com baixa-visão e audiodescrição. Essas atividades

são realizadas em parceria com os setores promotores dos eventos.

- Interpretação e tradução de Libras/Português: alunos surdos têm a sua disposição tradutor/intérprete de Libras durante as aulas e atividades acadêmicas, como palestras e eventos, entre outros.
- Laboratório bilíngue - Libras/Língua Portuguesa (em parceria com curso de Letras): viabiliza aos acadêmicos e professores surdos da UPF e à comunidade surda externa estudos sobre a organização gramatical das duas línguas e suas funções - a Língua Portuguesa e a Libras.
- Adaptação de materiais: são produzidos materiais adaptados para alunos cegos ou com baixa-visão, dependendo do tipo de recurso e fonte que o aluno utiliza. São feitas adaptação de textos, ampliação, conversão e transcrição para o sistema Braille.
- Gravação (áudio) de obras para acadêmicos cegos e com baixa visão: serviço realizado em parceria com o Núcleo Experimental de Jornalismo, para alunos que necessitam ler obras muito extensas. O material é gravado e o aluno pode ouvir em DVD ou leitores de tela.
- Leitura e transcrição de provas: serviço de leitura e transcrição de provas para os alunos com cegueira, baixa-visão ou comprometimento físico que o impossibilite de escrever.
- Mobilidade aos estudantes com restrição motora ou comprometimento na área visual: serviço de acompanhamento durante o período de aulas, no embarque e desembarque do ônibus.
- Apoio pedagógico especializado: visa a assessorar os acadêmicos portadores de necessidades especiais na utilização de ferramentas e estratégias que facilitem

a aprendizagem, incentivando a autonomia e a independência nas atividades acadêmicas. Considerando o aprendizado a partir da realidade do aluno, valorizando a sua forma de aprender, agregando novas tecnologias e contextualização do seu processo de aprender (cf. lei nº 9.394/96 - LDB).

- Acompanhamento psicológico/psiquiátrico: consiste no acolhimento alunos, professores, coordenadores (em alguns casos, extensivo aos familiares) frente às dificuldades advindas no espaço das aprendizagens universitárias. As atividades são de atendimento individual e grupal com acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico. São, ainda, realizados encaminhamentos a serviços de saúde especializados, conforme o caso, assessoria aos cursos em processo de avaliação pelo MEC.
- Acompanhamento psicopedagógico: busca atender aos acadêmicos, auxiliando nos processos de ensino e aprendizagem. É um espaço de escuta que acolhe o aluno em seu jeito próprio frente a suas expectativas, dúvidas, anseios, perdas ou medos que permeiam a vida acadêmica e que possam estar interferindo em sua aprendizagem e seu crescimento pessoal.
- Aulas de apoio: oportuniza o estudo, na modalidade individual ou em grupos, com aulas ministradas por professores e/ou alunos apoiadores de áreas específicas, com o objetivo de facilitar o contínuo avanço do acadêmico na trajetória do seu curso.

O SAEs, ainda, com vistas a promover a integração dos alunos com necessidades especiais na vida acadêmica, utiliza-se de estratégias voltadas aos colaboradores e docentes da instituição, quais sejam:

- Orientação pedagógica professores que têm em sala de aula alunos com deficiência: no início do semestre, os professores são informados sobre os alunos com deficiência que estão matriculados na sua disciplina, oportunizando a esses docentes conhecimentos sobre modalidades de trabalho que melhor atendam às dificuldades geradas nesse contexto.
- Oficina para professores de alunos surdos: semestralmente, é realizada, em parceria com o Setor de Apoio Pedagógico (SAP), uma oficina voltada aos professores de alunos surdos, com a finalidade de compartilhar experiências, tendo em vista o aprimoramento dos processos de aprendizagem dos discentes.
- Oficina aprender a aprender: esta atividade ocorre a partir da demanda de professores e/ou de coordenadores de curso, frente às dificuldades que se apresentam entre alunos no contexto da sala de aula. É um espaço de escuta, de trocas e reflexões que possibilita ao acadêmico vivenciar suas ações no ambiente acadêmico, abrindo um espaço simbólico para representação de situações mais conflitantes que está vivenciando no espaço da instituição. Essa oficina sustenta-se teoricamente nos quatro pilares da educação, quais sejam, aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender, dependendo da situação de dificuldade apresentada.
- Orientação profissional: programa direcionado aos acadêmicos para analisar situações de ingresso, reingresso, transferência e ou reopção de curso, orientando-os na trajetória acadêmica, com foco no autoconhecimento e no conhecimento das profissões, visando à permanência e ao fortalecimento dos círculos de relações com a Universidade.

- Roda de conversa vai à sala de aula: a roda de conversa é um espaço onde o aluno ingressante tem a oportunidade de refletir sobre seu ingresso na Universidade, sendo proporcionado um momento de conversa/escuta sobre suas expectativas, dificuldades, dúvidas, sentimentos de ser universitário(a).

Além disso, são oferecidos periodicamente, em parceria com a Divisão de Recursos Humanos, cursos de desenvolvimento para os colaboradores da instituição, visando à acessibilidade e à permanência, por meio da qualificação e da conscientização para uma universidade inclusiva. Destes, destacamos:

- Ver, olhar, incluir: busca oportunizar aos colaboradores da instituição um espaço para refletir sobre suas próprias atitudes relacionadas à inclusão, bem como objetiva transmitir informações para otimizar o relacionamento em situações específicas. Objetiva-se conscientizar, oferecer elementos para reflexão, transformar conceitos e qualificar os colaboradores para melhor atender às pessoas com deficiência. O curso acontece de acordo com a demanda da instituição.
- Ir e vir com qualidade e segurança: visa a qualificar os profissionais do Setor de Vigilância para auxiliar as pessoas com deficiência ou mobilidade restrita, no âmbito da Universidade, recorrendo ao conhecimento e reconhecimento das diferenças. Igualmente, objetiva informar quanto aos procedimentos adequados que viabilizam ou facilitam o deslocamento das pessoas com deficiência ou mobilidade restrita, com segurança e qualidade na prestação de serviço. O curso acontece de acordo com a demanda.

O SAEs também participa de cursos de desenvolvimento, destinados aos colaboradores da instituição, com a finalidade de que estes conheçam os serviços oferecidos pelos diversos setores, podendo informar com mais qualidade aos alunos.

- Programa de integração de funcionários e estagiários novos: destinado aos colaboradores ingressantes na instituição. O objetivo da ação é promover a integração de todos na instituição, informar sobre o histórico da Universidade, missão, estrutura funcional, políticas de recursos humanos, benefícios, medicina e segurança no trabalho. Além da participação do Setor de Recursos Humanos, também fazem parte os Setores de Saneamento Ambiental e o SAEs. A atividade é realizada mensalmente.
- Curso de ambientação administrativo-pedagógica: objetiva ambientar os novos professores da UPF quanto à estrutura e objetivos da Universidade de Passo Fundo, enfatizando-se as questões organizacionais, funcionais e pedagógicas da Instituição. Tem prioridade semestral.
- Programa aluno satisfeito: tem como objetivo desenvolver, padronizar e atingir a excelência no atendimento prestado pelos colaboradores aos alunos e à comunidade. A iniciativa, destinada a todos os funcionários da instituição, é dividida em etapas e ocorre durante todo o semestre.

Além das estratégias mencionadas, o SAEs reúne-se semestralmente com o grupo de coordenadores de cada Unidade, a Vice-Reitoria de Graduação e equipe diretiva para estudar e discutir as dificuldades frente à realidade vivenciada na Universidade. Há oficinas abertas aos professores da comunidade por ocasião dos eventos, assim como atendimento, a partir da demanda dos professores, alunos e/ou pais frente

às dificuldades específicas de cada aluno. Há, também, a formação continuada dos funcionários do SAEs, oportunizando cursos dentro e fora da Universidade para estudos aprofundados sobre a temática da inclusão, no sentido de comprometer, sensibilizar e assegurar a acessibilidade e a permanência.

No que tange aos aspectos do respeito pelas normas internacionais do Estado de Direito, enfatiza-se que a UPF busca adequar-se ao conjunto de normas que regula relações externas, respeitando os princípios de justiça que governam as relações entre os povos, destacando orientações dos diversos organismos de promoção dos direitos de cidadania.

1.3.4 Sobre as práticas de promoção dos direitos humanos na UPF

A identificação das linhas de atuação em direitos humanos na UPF entende, inicialmente, que direitos humanos são direitos básicos conferidos a todos os seres humanos, incluindo direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ao trabalho à alimentação, à saúde, à educação e à seguridade social. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) foi marco definitivo no reconhecimento dos direitos inalienáveis do ser humano, independente de nacionalidade, cor, sexo ou condição social. Os direitos humanos são internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais que se referem à necessidade de igualdade e defesa da dignidade humana.

A consolidação de uma sociedade democrática resulta da construção de uma cultura de respeito e reconhecimento a esses direitos, na qual são estabelecidos valores éticos, sociais, humanísticos e ambientais, fundamentais para a formação integral do indivíduo. Essa cultura passa, também, pela existência de um marco legal garantidor de direitos. Nessa dire-

ção, observa-se que o Brasil tem construído um conjunto de normativas e dispositivos legais voltados para a promoção e a proteção dos direitos de indivíduos, grupos e povos vulneráveis, bem como relacionados com a questão da sustentabilidade socioambiental.

Trabalhar holisticamente com a dimensão dos direitos humanos em uma instituição, segundo a Norma ABNT 26.000, implica inicialmente utilização de uma ferramenta chamada *Due Diligence*¹, a qual se constitui em uma política específica que fornece orientações para os sujeitos vinculados à instituição de ensino, direta e indiretamente. Essa política, também, deve avaliar as atividades existentes e propostas que afetam diretamente a questão dos direitos humanos de forma integrada, com estabelecimento de prazos. Por meio do uso de mecanismos avaliativos, a UPF dispõe de uma Comissão Própria de Avaliação e de instrumentos regulatórios como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os quais constituem elementos de análise das realidades institucionais e comunitárias e da proposição de práticas condizentes com a missão institucional.

A Comissão Própria de Avaliação define as políticas e planeja as ações de autoavaliação, de acordo com os programas autoavaliativos aprovados pelo Conselho Universitário. Contempla a análise global e integrada das dimensões, das estruturas, das relações, do compromisso social, das atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos, especialmente, no que concerne à sua missão e ao seu PDI. O programa de autoavaliação vigente na Instituição foi aprovado em 18 de junho de 2013. No texto do novo programa, a responsabilidade social

¹ A norma ABNT 26.000 define *due diligence* como um processo abrangente e pró-ativo de identificar os impactos sociais, ambientais e econômicos negativos reais e potenciais das decisões e atividades de uma organização ao longo de todo o ciclo de vida de um projeto ou atividade organizacional, visando a evitar ou mitigar esses impactos (2010, p. 14).

está contemplada no eixo 2: “desenvolvimento institucional; missão e PDI; responsabilidade social”.

Ainda assim, o conjunto de saberes necessários ao que chamamos de construção de uma cultura de direitos humanos, no contexto de uma instituição comunitária de ensino como a UPF, não está reservado ao espaço do ensino, da extensão, ou da pesquisa, considerando o cotidiano universitário. O que se sabe a partir de uma história que apresenta dificuldades no campo dos avanços da garantia dos direitos humanos é que o excesso de racionalismo técnico-científico não tem contribuído para a produção de sujeitos pensantes, sensíveis e eticamente comprometidos com o desvelamento e o enfrentamento de realidades sociais, econômicas, culturais e subjetivas brasileiras, as quais atentam para a dimensão da dignidade e da ética.

a) Práticas de *Due Diligence* em direitos humanos

As práticas de *Due Diligence*, assim denominadas pela Norma ABNT 26.000, fazem parte da história e do cotidiano da instituição, tanto nas instâncias de extensão quanto de pesquisa. Significa dizer que, na última década, a UPF vem produzindo documentos, diagnósticos, artigos, publicações, bem como os professores e estudantes vêm participando de eventos, conselhos e instâncias que colocam em discussão a realidade local e regional no que tange aos Direitos Humanos, às políticas sociais e à constituição de territórios produtivos.

Ainda assim, coloca-se como desafio aprofundar mecanismos de *Due Diligence*, principalmente se consideradas novas propostas em curso, no campo do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, as quais poderão trazer novos mecanismos de avaliação.

Outro aspecto importante a ser considerado nesse item é o de que, nos últimos três anos a temática “justiça e direitos humanos” passou a ser objeto do planejamento estratégico de práticas de ensino, pesquisa, extensão, o que desencadeou vá-

rios movimentos que levaram à perspectiva de participação de editais públicos, a fim de captar recursos para trabalhar com políticas públicas em direitos humanos; seminários, congressos, colóquios interinstitucionais, com o intuito de promover o debate e a desnaturalização da questão dos direitos humanos em meio a sujeitos que, embora cursando, lecionando, trabalhando em uma instituição, vivenciam uma cultura conservadora em relação aos direitos humanos.

Um importante movimento desencadeado para integrar a política de direitos humanos em toda a organização foi o Seminário Interinstitucional de Educação em Direitos Humanos, realizado em abril de 2013, cujo objetivo fora colocar em discussão pressupostos e metodologias de educação em direitos humanos no cenário universitário.

Diante dessas e outras perspectivas, situam-se alguns riscos para os direitos humanos, elencados por meio do acesso a dados estatísticos recentes, os quais podem constituir-se em objeto de intervenção no contexto da política de responsabilidade social da UPF:

- Quanto aos riscos à população indígena:

Segundo Censo Demográfico do IBGE (2010), 75% dos municípios da região Sul do país possuem ao menos uma pessoa autodeclarada indígena. São 32.989 indígenas autodeclarados no Rio Grande do Sul, tendo um percentual de 0,3% da população total do estado. É de 263 o número de casos de violência a populações indígenas no Rio Grande do Sul em 2012. O território de localização e abrangência da UPF situa-se em áreas onde ocorrem conflitos na perspectiva da demarcação de terras – entre população indígena e agricultores. São cerca de 21 terras indígenas demarcadas na região Norte do Rio Grande do Sul, mais 13 áreas indígenas demarcadas e outras 22 em que populações indígenas encontram-se organizados para dar entrada ao reque-

rimento de demarcação. Essas delimitações provocam conflitos entre indígenas e agricultores.

- Quanto aos equipamentos sociais e à pobreza extrema: Pesquisa realizada em 2013 constatou que em termos percentuais, as regiões Norte/Noroeste do estado são as que apresentam índices mais elevados de extrema pobreza (Secretaria de Planejamento, 2013). Dos dez municípios com maiores percentuais de extrema pobreza, nove são dessas regiões, sendo associada também a esse índice a média da taxa de mortalidade infantil, que em nível estadual é de 12 por mil nascidos vivos, enquanto nessas regiões a média é de 16 por mil nascidos vivos. Dados relacionados aos índices de extrema pobreza dessas regiões correlacionam a concentração elevada de população indígena com a pobreza extrema. Outra correlação significativa é a de que os municípios com base de subsistência agrícola têm sofrido com a forma de produção agrícola, na qual valorização do agronegócio ganha espaço em detrimento da agricultura familiar, prejudicando a economia dessas localidades. Em contrapartida, este mesmo estudo correlacionou a inexistência de equipamentos de saúde, educação e saneamento aos índices elevados de pobreza extrema, o que evidenciou que a região de Passo Fundo encontra-se com um dos melhores índices de acesso a esses equipamentos no estado.
- Quanto ao trabalho infantil: A população de homens entre 10 a 13 anos de idade no município de Passo Fundo totaliza 6.178 pessoas, sendo que, destes, 186 afirmaram não frequentar a escola e 260 responderam estar ocupados na semana de referência do Censo. A população masculina de 14 ou 15 anos é de 3.109 pessoas, sendo que 189 não frequen-

tam a escola e 391 declararam-se ocupados na semana de referência. A população de mulheres entre 10 a 13 anos de idade no município totalizou 5.967 pessoas, sendo que 61 afirmaram não frequentar a escola e 147 responderam estarem atarefadas durante a semana em que ocorreu o Censo. A população feminina de 14 ou 15 anos é de 2.927 pessoas, sendo que 186 responderam não frequentar a escola e 326 afirmaram estar ocupadas na semana de referência. Portanto, a porcentagem de ocupação da população de ambos os sexos, de 10 a 13 anos (12.140 pessoas) é de 3,4% no município. Já a de homens e mulheres de 14 ou 15 anos (6.036 pessoas) é de 11,9%. Essa porcentagem, quando referida especificamente à área rural, é de 6,3% e 20,8%, respectivamente. A população de 10 a 17 anos que não frequenta a escola de cor ou raça branca é de 7,6%, já a de cor ou raça preta ou parda é de 11,1%.

- Quanto ao trabalho informal/trabalho escravo/não trabalho:

A unidade do Ministério Público do Trabalho de Passo Fundo tem como maiores demandas as irregularidades trabalhistas estruturais, levando em consideração a característica de atividades econômicas do setor de frigoríficos, cooperativas, setor metalúrgico, estágios fraudulentos, comércio, serviços e construção civil. Relatório elaborado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa apontou que 175 haitianos estariam trabalhando em condições análogas de trabalho escravo em municípios do Rio Grande do Sul, dentre eles dois da região Norte (Marau e Sarandi). Em 2010, foram identificados 24 casos de trabalho escravo no estado. Cerca de 45 mil pessoas com mais de 18 anos estão em situação de “não trabalho”.

- Quanto aos crimes ambientais:

Os crimes ambientais identificados na região de Passo Fundo fazem referência a: pesca ilegal, desmatamento, extração legal de madeira e mineral, ocupação de áreas de preservação permanente, treinamento de galos de rinha e caça silvestre, contaminação de rios, poluição sonora, descarte ilegal de resíduos sólidos, etc. Considerando serem essas algumas das violações dos direitos humanos nos territórios de atuação da UPF, entende-se a importância e o papel da instituição em conhecer, problematizar e instrumentalizar o enfrentamento dessas e das demais realidades que sinalizam tais violações.

Sendo assim, considerando que a Norma 26.000 propõe um indicador em que as instituições devam evitar a cumplicidade na violação dos direitos humanos, observa-se que a totalidade de normas, regras, documentos institucionais e práticas cotidianas busca evitar a cumplicidade direta, bem como a postura deliberada em contribuir/participar em práticas de violação de direitos humanos. Entretanto, em uma instituição de ensino superior na qual circulam diariamente mais de 20 mil pessoas, as quais naturalmente possuem diferentes crenças, valores, percepções políticas, visões de mundo, expectativas, modos de ser e conviver, é possível que aconteçam relações que exijam a mediação de conflitos frente à possibilidade de atos violadores de direitos.

Buscando evitar qualquer tipo de cumplicidade, até mesmo a silenciosa, a instituição possui mecanismos capazes de levar ao conhecimento das pessoas competentes, as denúncias e possibilidades de violações de direitos humanos.

Do mesmo modo, a instituição pretende aprimorar mecanismos de vigilância permanente no sentido de evitar a discriminação a grupos sociais vulneráveis, os

quais, por qualquer razão, possam vir a ser discriminados. Coloca-se, então, a perspectiva de garantia dos direitos civis e políticos, os quais também são objeto de aprendizagem em disciplinas, atividades de pesquisa e extensão, onde os sujeitos da comunidade interna e externa têm garantida sua liberdade de opinião e expressão; liberdade de reunião pacífica e organização; acesso ao devido processo legal e direito a uma audiência justa antes que sejam tomadas quaisquer medidas disciplinares internas, que devem ser proporcionais aos atos cometidos, e não violar direitos.

Quanto à viabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais, enfatiza-se que a finalidade institucional dispõe sobre o acesso à educação e educação continuada para membros da comunidade, bem como a apreensão de esforços interinstitucionais para com o apoio, a promoção de direitos e a sua viabilização.

A perspectiva de que as instituições adaptem bens ou serviços ao poder de compra dos pobres coloca-se como um dos elementos estratégicos da instituição, na medida em que há um avanço quantitativo na oferta de bolsas de estudo, bolsas de permanência do estudante à instituição, convênios com órgãos financiadores, dentre outros.

b) Práticas vigentes de promoção dos direitos humanos

Embora a UPF não tenha ainda a política de responsabilidade social institucionalizada, são identificadas práticas de promoção dos direitos humanos, nas diferentes instâncias de gestão, pedagógicas, de pesquisa e extensão.

Nesse contexto, os cursos de graduação constituem-se em espaço ideal para a promoção de debates e ações, na perspectiva do desenvolvimento de valores humanistas que devem ser vividos no ambiente acadêmico, com vistas à su-

peração das diversas manifestações de violação dos direitos humanos, expressas no cotidiano da população e, muitas vezes, por esta ignoradas.

Na perspectiva de consolidação de sua missão, a Universidade busca imprimir, nos cursos de graduação, uma proposta de formação que esteja atenta e transversalizada pelas temáticas da educação em direitos humanos, educação ambiental e educação para as relações étnico-raciais, as duas últimas entendidas como parte de uma concepção mais ampla de educação em direitos humanos. Visando a consolidar essa proposta, tem-se investido em distintas frentes de ação:

- Constituição de um grupo de apoio – formado por professores e pesquisadores da instituição que possuem trajetória no estudo e na discussão das temáticas em questão, o grupo dá suporte à graduação e aos diferentes cursos na formulação e implementação de estratégias de trabalho.
- Investimento em formação docente – por meio do Programa de Formação Docente, são promovidos encontros de NDEs, diálogos pedagógicos, entre outros momentos de formação e capacitação dos professores, visando a trabalhar as temáticas mencionadas.
- Produção de material didático para utilização em sala de aula – série de videoaulas “Horizontes da cidadania” –, composta por sete aulas em vídeo, acompanhadas de material de apoio com atividades direcionadas aos estudantes. Tais videoaulas tratam dos temas: educação em direitos humanos; educação ambiental; ética e comportamento ambiental; o destino dos resíduos; educação das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira; educação das relações étnico-raciais e cultura indígena; história da constituição dos grupos étnico-raciais no país e na região.

- Atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) – o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso tem trabalhado na construção de propostas de atualização do PPC em duas perspectivas: a disciplinar, na qual as temáticas são trabalhadas como conteúdos específicos de disciplinas, e a perspectiva transversal, em que as temáticas são trabalhadas em cada semestre e ao longo do curso.

O Setor de Apoio ao Professor (SAP) coloca-se como instância articuladora de ações de formação docente, as quais dizem respeito à transversalidade da responsabilidade social enquanto dimensão formativa. Sendo assim, são colocados em curso ações e programas de formação docente por meio desse setor, os quais envolvem seminários em direitos humanos; diálogos pedagógicos; atividades de formação aos gestores e professores, cujas temáticas circundam discussões sobre: requisitos legais da educação superior; Projeto de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, planejamento estratégico e projetos pedagógicos dos cursos; normativas institucionais; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; avaliação institucional interna e externa; ações das áreas institucionais; questões estratégicas das licenciaturas; evasão: dimensão, causas e ações preventivas; relações interpessoais; planejamento e avaliação da gestão; relação entre gestão e qualidade educativa; responsabilidade social da universidade; desafios da universidade comunitária; exercício da docência universitária e qualidade educativa; estratégias de avaliação do processo ensino-aprendizagem; educação e formação humanista; aprimoramento da prática docente; desafios da universidade na contemporaneidade; construção da identidade do professor; procedimentos metodológicos e didáticos na aula universitária; relação pedagógica professor/aluno; educação a distância; direitos humanos, relações étnico-raciais, educação ambiental.

Outro importante elemento presente nos processos formativos na UPF são as disciplinas de formação humanística,

dentre as quais encontra-se a de Sociologia da Saúde, cursada pelos estudantes dos cursos da área da saúde da UPF. Esse componente curricular objetiva tematizar a saúde a partir de um olhar sociológico que permita sua compreensão como fenômeno complexo, inserido em determinada dinâmica social, cultural, política e econômica. Desse modo, todas as turmas são compostas de forma multidisciplinar, o que permite a discussão da saúde como fenômeno pluridimensional, partindo da multiplicidade de olhares provenientes dos distintos cursos. A iniciativa vai ao encontro de uma visão de formação em saúde calcada na perspectiva de desenvolvimento, junto aos estudantes, do senso de responsabilidade social e do compromisso com a cidadania. A proposta visa à formação de profissionais capazes de construir práticas coletivas em seu cotidiano de trabalho, facilitando, assim, a promoção da saúde em sua integralidade.

Ressalta-se também que a área de Ética e Conhecimento, ligada ao curso de Filosofia da UPF e ao IFCH, na disciplina Ética Geral, ministra, desde 2012, em todos os cursos de graduação, conteúdos ligados à responsabilidade social, contribuindo, de forma institucional, com o ensino sobre problemas éticos da atualidade (ética ambiental, questões étnico-raciais, questões de gênero, etc.), em conformidade com o previsto na ementa da disciplina.

Além dessas iniciativas, a prática de realização de diagnósticos e produção de conhecimentos sobre realidades sociais, econômicas e culturais de Passo Fundo e região vem oportunizando percursos que vão da identificação, prevenção e abordagem aos impactos reais e/ou potenciais no campo dos direitos humanos.

Estando as atividades de extensão organizadas a partir de uma política de extensão universitária, alinhada também com a política nacional de extensão universitária, o principal desafio é assegurar que um conjunto de iniciativas já desenvolvidas, também possam promover aprendizagens e nos instrumentalizar, bem como promover direitos humanos.

Sendo assim, por meio das linhas de extensão, a Universidade desenvolve, sob a forma de programas, serviços e projetos, um conjunto de práticas que se traduzem, resumidamente, em: práticas de alfabetização, leitura e escrita; Jornadas de Literatura; manutenção de grupos artístico-culturais; projetos de artes plásticas e visuais vinculados às comunidades de Passo Fundo e região; programas e projetos voltados ao desenvolvimento regional, urbano e rural; projetos voltados à promoção dos direitos individuais e coletivos, dando ênfase ao atendimento à população em situação de vulnerabilidade social e econômica; projetos voltados à promoção dos direitos da pessoa com deficiência, aos grupos em processo de envelhecimento, à promoção dos direitos da criança e do adolescente; assessoria jurídica e social aos grupos sociais que se encontram em situação de violação de direitos econômicos, sociais, civis e políticos; programas e projetos voltados ao fortalecimento da educação profissional, da profissionalização de grupos sociais vulneráveis, da promoção do acesso ao emprego e renda; programas e projetos relacionados ao fortalecimento das políticas sociais, destacando a política de saúde, por meio de projetos voltados aos territórios e realidades sociais onde se situam programas governamentais de apoio e promoção da saúde coletiva incluindo também a saúde animal; projetos que promovem práticas de fortalecimento da sociedade civil, por meio de convênios com associações de moradores e grupos sociais organizados; projetos de preservação do patrimônio cultural, histórico e natural; projetos que executam ações ambientais com vistas à preservação dos recursos hídricos e sólidos; projetos voltados à promoção da segurança alimentar e à prevenção e enfrentamento do crime e do uso de drogas e dependência química.

Compreende-se, a partir do exposto, a importância da instituição em, ao mesmo tempo, fortalecer e avançar na materialização de práticas, no âmbito dos direitos humanos, voltadas às populações indicadas pelo Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), as quais são indicadas também pelos Objetivos do Milênio como prioritárias na agenda das

políticas sociais, incluindo o compromisso das universidades em formar cidadãos que saibam conhecer e intervir junto a esses sujeitos e suas realidades. No que diz respeito à atuação da Universidade de Passo Fundo, estão incluídos nesse público, além dos acima citados, serviços, programas e projetos de extensão, as populações em conflito de gênero, pessoas em situação de rua, catadores, indígenas, mulheres vítimas de violência e preconceito, trabalho escravo, atores de governos e públicos, educadores e profissionais do sistema educacional, beneficiários de programas sociais, lideranças em direitos humanos e movimentos sociais, egressos do sistema prisional, profissionais do sexo, refugiados ambientais, vítimas de xenofobia, pessoas em sofrimento psíquico, população carcerária e familiares, ou seja, todas as vítimas de preconceito, discriminação, intolerância, desrespeito, abusos e maus tratos, negligência e abandono. Importante evidenciar também que, desde 2011, estão sendo organizados vários núcleos de extensão, dentre os quais destaca-se o Núcleo de Justiça e Direitos Humanos, o qual tem por objetivo fortalecer e promover ações de enfrentamento às violações de direitos humanos que acontecem na área de abrangência da instituição.

Quanto à dimensão da pesquisa e sua vinculação com a responsabilidade social, compreendendo-a como um percurso sistemático de construção do conhecimento, cuja finalidade é produzir aprendizagem daquele que a realiza, ressalta-se sua importância nos processos de conhecimento de realidades, tecnologias e problemáticas a serem enfrentadas. Nesse sentido, a pesquisa constitui-se em importante aliada às dimensões do ensino e da extensão, quando pensada como instância que instrumentaliza o estudo das realidades nos mais diferentes campos do saber, e provoca, assim, a possibilidade de novos ângulos de análise e de intervenção no âmbito social, ambiental, tecnológico.

Considerando a cisão histórica, advinda do paradigma cartesiano que dissociava o conhecer do fazer, a dimensão da pesquisa ainda não apresenta elementos que corroborem

para o fortalecimento de ações no campo da responsabilidade social. Nesse sentido, a UPF busca alinhar a coerência entre o PDI, as atividades de pesquisa e iniciação e as demais atividades artísticas e culturais, tendo como desafio a formulação de uma política de pesquisa transversalizada pela dimensão da responsabilidade social, a partir de seus temas centrais. Importante sinalizar também que embora não se tenha mapeado e quantificado pesquisas e cursos de pós-graduação com interlocução na dimensão da responsabilidade social, a instituição contabiliza, em sua história, um conjunto significativo de cursos *lato e strictu sensu* voltados ao reconhecimento de problemáticas, à educação em direitos humanos, a elaboração de metodologias de trabalho social, dentre outras.

Algumas ações desenvolvidas pela VRPPG no âmbito da promoção dos direitos humanos e responsabilidade social universitária consiste em ações do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade de Passo Fundo (CEP-UPF). Esse Comitê foi criado por ato do Reitor por meio da Resolução do CONSUN 01/2000. Está vinculado administrativamente à Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, é regulamentado pelo Regimento Interno e atua de acordo com as diretrizes da Resolução 446/12, do Conselho Nacional de Saúde e Resoluções complementares.

O CEP-UPF é um colegiado multi, inter e transdisciplinar, com "munus público", independente, de natureza consultiva, deliberativa e educativa, que tem por finalidade a avaliação e o acompanhamento de protocolos de pesquisas envolvendo seres humanos, procurando defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos².

² O CEP-UPF, sendo responsável pela avaliação e o acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, fundamenta suas ações nas diretrizes éticas internacionais e nacionais. Dentre as internacionais, destacam-se a Declaração de Helsinque, as Diretrizes Internacionais para as Pesquisas Biomédicas envolvendo Seres Humanos-CIOMS e a Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos da UNESCO, 2005. Já as diretrizes nacionais são a Resolução 446/12 do Conselho Nacional da Saúde (CNS), do Ministério da Saúde (MS) e as resoluções complementares. Assim, de acordo com a Res. CNS 446/12, "toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa" e cabe à instituição onde se realizam as pesquisas a constituição do CEP.

A UPF, por meio do CEP, também se utiliza do programa Plataforma Brasil para receber e analisar protocolos de pesquisa de forma eletrônica, de professores e alunos da UPF e de outras instituições; faz análise de protocolos de pesquisa, de forma interdisciplinar, procurando garantir o respeito e a dignidade aos sujeitos da pesquisa, em conformidade com o disposto na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional da Saúde, do Ministério Saúde, e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa com seres humanos (CONEP); disponibiliza de uma página com informações aos pesquisadores, aos sujeitos da pesquisa e à comunidade em geral sobre os procedimentos necessários para elaboração de um protocolo de pesquisa (www.upf.br/cep); oferece palestras periódicas em cursos de graduação e pós-graduação da UPF para orientações teóricas e práticas sobre protocolos de pesquisas com seres humanos, de acordo com a Resolução 466/12; procede à e publicação de livros no formato e-book.

Quanto à comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA-UPF), ressalta-se que desde de 2009, tal Comissão analisa os protocolos de pesquisa desenvolvidos na pesquisa e no ensino com animais; o CEUA-UPF é um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para garantir que a utilização de animais em atividades de pesquisa e ensino seja realizada dentro dos padrões éticos e legais³.

³ Fundamentado em consonância com as seguintes Legislações: Lei nº 24.645, de 10.07.1934, art. 64 - Lei das Contravenções Penais; Lei nº 11.794 de 08.10.2008, que estabelece procedimentos para o uso científico de animais; Lei de Crimes Ambientais nº 9.605 de 12.02.98, art. 32 e Princípios Éticos Para o Uso de Animais de Laboratório da Sociedade Brasileira de Ciência em Animais de Laboratório (SBCAL).

1.3.5 Relações entre a UPF e o desenvolvimento das comunidades

No que diz respeito ao modo como a UPF envolve-se e trabalha junto às comunidades, enfatiza-se o papel da universidade na promoção do direito à cidade, reconhecido enquanto direito coletivo, o qual pressupõe as condições de possibilidade de viver dignamente, do reconhecimento da cidadania, da convivência com a diferença e enfrentamento de violações que prescindem de solidariedade e urbanidade.

Primeiramente, coloca-se o consenso de que a UPF é parte da comunidade e não um organismo desta separado. Embora a localização geográfica do principal *campus* - *Campus I* – transcenda o espaço urbano e adentre as vias da BR 285, o lugar é tomado como espaço de lazer e cultura da comunidade local, principalmente aos finais de semana.

A interlocução da universidade com comunidades locais e regionais pauta-se pela perspectiva de produção de processos emancipatórios e de sujeitos que protagonizem as transformações de suas realidades. Sendo assim, principalmente as ações que envolvem contato direto com comunidades e populações são avaliadas, na perspectiva de identificar melhorias e possibilidades de aperfeiçoamento, considerando a complexidade de uma instituição de ensino como a UPF. Nessa direção, as parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições de promoção de direitos estão sendo aprimoradas na perspectiva de maximizar sinergias e ampliar recursos e habilidades.

As ações realizadas nas diversas instâncias – ensino, pesquisa e extensão –, objetivando estreitar relações com a comunidade local e regional, prescindem de aprofundamento e intensificação, o que ocorre a partir da instauração de cri-

térios pertinentes à relação com a comunidade na oferta de editais de fomento de extensão.

O diálogo com grupos sociais vulneráveis e minorias constitui-se parte dos objetivos dos projetos de extensão, os quais, também, estabelecem parcerias com associações de moradores e lideranças locais e regionais.

A participação da UPF junto aos conselhos de direitos e de desenvolvimento constitui-se um importante elemento que caracteriza a responsabilidade da universidade nas instâncias de controle social e de democracia representativa. Em 2013, a universidade contabiliza a representação em mais de 70 conselhos de direitos e/ou comissões, câmaras, conferências. A prática do controle social constitui-se então elemento incorporado à governança institucional, na qual os representantes e participantes de espaços democráticos estabelecem e aprimoram relações com o poder público, com as políticas públicas e os sujeitos de direitos.

Do mesmo modo, a relação entre a Universidade de Passo Fundo e os gestores públicos está pautada pela ética e pela transparência, sendo estabelecidos encontros sistemáticos que propõem, planejam e avaliam a interlocução entre universidade, sociedade e gestão pública. Essa interlocução está pautada na perspectiva de qualificar a formulação das políticas públicas e sociais, no qual o papel principal da universidade é o de assessorar as instâncias executivas na formulação de políticas/estabelecimento/implementação/monitoramento e avaliação de programas/projetos de desenvolvimento das comunidades; respeitando os direitos de expressão. Da mesma forma, a relação da UPF com comunidades locais e regionais articula-se com os diferentes sujeitos, vinculados às diferentes áreas do conhecimento que buscam estabelecer relações de reciprocidade nos processos de apreensão das realidades, os quais envolvem metodologias de autoanálise e autogestão.

a) Relações com a comunidade no âmbito da cultura, da memória e do patrimônio

A percepção que se tem em relação às práticas sociais e culturais realizadas pela universidade com a comunidade e por ambas em um processo dialógico é de que historicamente a universidade mostrou-se sensível à compreensão do seu papel na preservação e na promoção da memória. Quanto à leitura do impacto da instituição no âmbito da cultura, memória e patrimônio, salienta-se que a esta dispõe de vários espaços culturais, os quais fomentam o desenvolvimento do ser humano de modo global, trazendo qualidade de vida e melhorias nas práticas cotidianas. Consta-se, no entanto, que tais espaços e atividades ainda estão desarticulados e fragmentados. A UPF, enquanto universidade comunitária, pode atuar mais no estímulo e na promoção da cultura partindo da compreensão do *Campus* como um grande espaço de cultura onde todas as ações acontecem ainda de forma diluída, mas, ainda assim, irradiando novas perspectivas culturais sintonizadas com a ideia de “direito à cidade”. Especificamente, o Curso de História e o Programa de Pós-Graduação em História da UPF, pela natureza de seu objeto de estudo e das diretrizes orientativas, já desenvolvem atividades e em torno da questão cultural, da memória e do patrimônio por meio do Arquivo Histórico Regional (AHR), do Museu Histórico Regional (MHR), do Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA), do Projeto Momento Patrimônio, da linha de pesquisa Cultura e Patrimônio (PPGH) e de assessorias de forma sistemática, necessitando, assim, de articulação entre as práticas, bem como em constituir-se em centro de referência local e regional.

Em termos de poder público municipal, existem iniciativas de *Inventário inicial com bens imóveis indicadores para preservação através de tombamento provisório*, realizado em parceria com o curso de Arquitetura da UPF. No município de

Passo Fundo, existem aproximadamente 16 museus⁴; em torno de sete bibliotecas e arquivos⁵; duas associações culturais de caráter memorialística da imigração⁶; aproximadamente sete⁷ projetos relacionados com a história, com o patrimônio histórico-cultural e com a arqueologia. Isso demonstra a necessidade de agregar essas atividades, atualmente fragmentadas, em um centro que lhes dê fundamento e suporte metodológico para a pesquisa e a divulgação de conhecimento científico, vinculados à área das Ciências Humanas e Sociais, como unidade operacional da Universidade de Passo Fundo, garantindo sentido e condições de desenvolvimento crítico e responsável à cultura e à história regional.

Ainda, nesse sentido, há de se considerar as exigências legais da Prefeitura Municipal de Passo Fundo no *Anteprojeto de Lei: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado 2005*⁸, que dá amparo à proposição de ações integralizadas entre a Universidade de Passo Fundo e a comunidade; a necessidade da população, a inexistência de projeto, discussão e ou qualquer tipo de

⁴ Museu Histórico Regional (MHR) – Universidade de Passo Fundo e Prefeitura Municipal de Passo Fundo; Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MARVRS) – Universidade de Passo Fundo; Museu do Automobilismo Brasileiro (Associação Cultural e Museu do Automobilismo) – Passo Fundo; Museu Zoobotânico Augusto Ruschi – (Muzar) – Universidade de Passo Fundo; **Museu do CTG Lalau Miranda**; Museu Paixão Côrtes; **Museu Raimundo Damin**; **Museu do Instituto Menino Deus (MUSIMEDE)**; Museu de História da Medicina de Passo Fundo (MUHM) – Academia Passo-Fundense de Medicina; Museu dos Imigrantes Leonardo da Vinci – Centro Italiano di Beneficenza e Assistenza Leonardo da Vinci; Museu do cantor “Teixeirinha” – Passo Fundo; Museu do Rádio – *Daltro D’Arisbo*; Museu Raimundo Damin; Museu Zoobotânico do Colégio Conceição.

⁵ Arquivo Histórico Regional (AHR) – Universidade de Passo Fundo; Arquivo Central UPF; Biblioteca Central da UPF; Biblioteca do SESC de Passo Fundo; Biblioteca do SESI; Biblioteca Pública Municipal Arno Viunisk; Memorial – UPF.

⁶ Sociedade União Israelita de Passo Fundo; Associação Sócio-Cultural Alemã de Passo Fundo.

⁷ Projeto História, Memória e Judiciário; Projeto Passo Fundo; Projeto Lacuma; Projeto Momento patrimônio; Inventário do patrimônio histórico e arquitetônico de Passo Fundo _ Curso de Arquitetura UPF; Videoaulas: Educação Ambiental Educação para as Relações Étnico-Raciais Direitos Humanos; Programa Culturação; Projeto “Complexo cultural Parque da Gare – Passo Fundo – Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

⁸ Informações disponíveis em: <<http://www.icom.org.br>>.

prática pedagógica de educação patrimonial na rede municipal de Passo Fundo e região, que busca assessoria e consultoria constantemente no Curso de História/UPF. Dessa forma, é fundamental, frente à demanda acadêmica e comunitária tanto ao desenvolvimento e à divulgação do conhecimento quanto à demanda de prestação de serviço, que sejam firmados convênios, projetos e práticas dirigidas por uma política institucional de cultura, memória e patrimônio é fundamental.

Esses aspectos perpassam as interfaces produtivas do território, da logística e do desenvolvimento local, pois não é mais possível tratar do assunto de forma fragmentada e desarticulada ao desenvolvimento social e cultural. Planejar e fazer a gestão do território exige profundo conhecimento sobre a vida local e suas formas, sobre esse território e suas culturas, e pressupõe usar esses elementos como mola propulsora do desenvolvimento.

Dentre uma ampla oferta de projetos, ações e atividades culturais que a UPF realiza, destacam-se as Jornadas de Literatura, as quais acontecem bianualmente e, no ano de 2013, tiveram sua 15ª edição. A Jornada Literária manteve, em suas três décadas de existência, o mesmo propósito que deu origem à criação do evento, em 1981: a formação de um leitor que priorize o texto literário, mas que também possa se constituir em um intérprete das linguagens veiculadas em diferentes suportes e das características peculiares das várias manifestações culturais. O tom festivo e informal, associado a uma programação cultural diversificada e repleta de autores renomados da literatura brasileira e estrangeira, fez da Jornada um dos maiores eventos literários da América Latina. Com o passar das edições, a estrutura foi se renovando, incorporando à programação uma série de atividades culturais. A programação, antes voltada para debates sobre educação e cultura, ganhou uma série de outras atrações, entre as quais exposições, espetáculos teatrais, apresentações

musicais e concursos, sempre com a proposta de aproximar os autores do público e de formar leitores. Como um dos desdobramentos das Jornadas, coloca-se o programa Mundo da Leitura, protagonizado pela UPFTV e sua equipe, que, vinculado ao Canal Futura, oferece a um conjunto de mais de cem países a narração das aventuras de Gali-Leu e sua turma. Os roteiros são elaborados por uma equipe interdisciplinar que envolve os cursos de Letras, Artes e Comunicação, Educação, Ciências Exatas e a UPFTV. De forma lúdica e dinâmica, as diversas linguagens apresentadas – manipulação de bonecos, leitura e encenação de textos infantis, artes gráficas, música, entre outros – servem de incentivo para o desenvolvimento da criatividade, do raciocínio lógico e, principalmente, para a criação do hábito da leitura entre as crianças.

Além dessa e outras iniciativas, a universidade conta com vários grupos artísticos, a fim de promover a inserção de alunos, interação com a comunidade na perspectiva da experiência ético-estética da arte em suas diferentes manifestações. Esses grupos, vinculados à Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, constituem-se de comunidade interna e externa, e se fazem presentes no cotidiano da instituição e das comunidades circunscritas à UPF por meio de manifestações e processos formativos. Esse universo é composto pelos grupos: Coral Universitário de Passo Fundo, Coral Universitário de Carazinho; Grupo de Dança TANZ; Grupo de Música Brasileira e JAZZ UPF; Grupo Étnico de Danças Folclóricas; Grupo de Musicografia Braile; Núcleo Suzuki de Violinos/UPF e HSVP; Orquestra de Câmara;

b) Sintonizando práticas sociais às realidades locais/regionais

No tocante à perspectiva de práticas de responsabilidade social que promovam a geração de trabalho e renda como forma de combate à pobreza, em especial a extensão universi-

tária conta com vários projetos que tomam tal temática como objeto de estudo e intervenção. Além disso, a compreensão acerca das tecnologias sociais que promovam acesso ao mundo do trabalho também vem sendo intensificada de forma transversal em projetos de pesquisa e extensão, nas diferentes áreas do conhecimento.

O complexo de rádio e televisão vinculados à universidade – 99 FM e UPFTV – constitui-se em importante elemento de publicização e vinculação da universidade às comunidades locais e regionais. Por meio desses canais de comunicação, as ações realizadas tanto pela UPF quanto pelos demais setores que compõem os territórios locais e regionais são evidenciadas em uma programação que promove vínculos de pertencimento e produção de saberes dos sujeitos sobre suas realidades.

No que tange à produção de tecnologias de baixo custo, a UPF desenvolve, por meio das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, conhecimentos e tecnologias locais e tradicionais. Faz-se necessário, a partir disso, desenvolver estratégias que possibilitem proteger, ao mesmo tempo, o direito dessas comunidades a esse conhecimento e a essas tecnologias; instituir parcerias com outras instituições, propagando a transferência e a difusão de tecnologias, quando economicamente viável. Quanto ao papel econômico da Universidade na cidade de Passo Fundo e na região, destaca-se que as ações implementadas no âmbito educacional são avaliadas em relação ao impacto que irão produzir nas comunidades envolvidas.

Quanto à implementação de cadeias de produção a grupos sociais vulneráveis, a UPF, por meio de projetos de pesquisa e extensão, fomenta a economia solidária, vinculando-se ao Fórum Regional de Economia Solidária e às instâncias locais de assessoramento a grupos e comunidades. Esse fomento se dá também por meio do assessoramento legal às organizações e empreendimentos solidários, para que os mesmos constituam

seus estatutos e regimentos a partir de orientações jurídicas, sociológicas, de forma politizada e organizada.

Considerando ser a UPF uma instituição com forte atuação na área da saúde, os dois últimos anos indicam um esforço no âmbito da graduação e da extensão em relação ao fortalecimento dos cursos da área da saúde, com vistas a reafirmar o papel da Universidade na efetivação das políticas de saúde a partir da contribuição dos seus profissionais e tecnologias produzidas. Há muitos anos esta contribui para a promoção da saúde, o incentivo à adoção de estilos de vida saudáveis, exercícios, boa nutrição, diagnóstico precoce de doenças, uso de métodos contraceptivos, desestímulo do uso de substâncias prejudiciais à saúde, com especial atenção à saúde das crianças. Ações de educação em saúde são aprimoradas, no sentido de melhor alinhá-las às realidades locais e regionais.

Nesse sentido, a instituição tem como desafio aprimorar estudos que possam contribuir na eliminação dos impactos negativos na saúde causados por processos sociais, ambientais, biológicos e culturais.

Considerando a importância de formar profissionais sintonizados com as necessidades de saúde na contemporaneidade, encontra-se em processo de implementação uma proposta de interdisciplinaridade na disciplina de sociologia da saúde. Ressalta-se, nesse aspecto, que a área da saúde representada por diferentes cursos da UPF possui significativo impacto no fortalecimento da política de saúde local e regional.

1.3.6 Práticas de proteção ao meio ambiente na UPF

No contexto ambiental atual, é indiscutível o papel da universidade como agente articulador e promotor de propostas voltadas à melhoria e manutenção da qualidade ambiental. A atuação dessas instituições pode se dar por meio da

formulação, implementação e multiplicação de políticas, programas e projetos ambientais articulados com as demandas da sociedade. Assim, as instituições de ensino superior possuem grande responsabilidade em influenciar positivamente a comunidade acadêmica e a sociedade em geral em prol da sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, a construção de uma política ambiental é fundamental para orientar e ordenar a sustentabilidade da universidade, dotando o processo de expansão e consolidação da Instituição de princípios éticos e de responsabilidade com suas fragilidades, seus limites e potenciais ambientais identificados, que, conseqüentemente, transformam-se em uma preocupação para com a própria comunidade acadêmica e para a sociedade. A criação dessa política encontra-se inserida na própria missão da UPF e seus objetivos estão, por sua vez, totalmente contextualizados com a preocupação nacional e internacional de conservação e uso racional de recursos naturais. Considerando o histórico, os setores e as práticas institucionais vigentes no campo da promoção do meio ambiente, destacam-se:

- Centro de Ciências e Tecnologias Ambientais (CCTAM) – órgão vinculado à Vice-Reitoria de Extensão e assuntos Comunitários, criado em 1998, executa atividades de extensão e pesquisa ligados à área de ciência e tecnologia do ambiente, criando e mantendo um grupo de apoio à extensão e pesquisa na área de ciência e tecnologia ambientais, capacitando técnica e cientificamente os profissionais ligados à área de meio ambiente da UPF em sua estrutura multicampi e de outras entidades ou instituições. Presta assessoria e/ou serviços às empresas e instituições; integra-se com outros órgãos públicos e privados; identifica problemas ambientais e observa os impactos negativos deles decorrentes reportando-os à comunidade, às instituições e às autoridades, baseados

na legislação vigente e oferecendo alternativas de solução. Representa a UPF junto a ONGs, conselhos, fóruns e organismos de discussão da melhoria da qualidade ambiental na comunidade regional e local, garantindo, dessa forma, um dos objetivos da extensão universitária.

- Setor de Saneamento Ambiental (SSA) – criado em 2004, tem como objetivo desenvolver atividades visando à gestão ambiental da UPF, obedecendo à legislação vigente quanto aos aspectos ambientais da instituição. O SSA é o órgão executivo da gestão ambiental e está vinculado à Divisão Administrativa – Vice-Reitoria Administrativa (VRADM) da Universidade de Passo Fundo, mantida pela FUPF.
- Museu Zoobotânico Augusto Ruschi (MUZAR) – ligado ao Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade de Passo Fundo (UPF), tem como finalidade “valorizar o patrimônio natural através da preservação dos recursos naturais e da integração dos seres vivos e do conhecimento” (UPF, 2002). Como um museu de ciências naturais, mantém coleções representativas do patrimônio natural, como acervo de pesquisa e educação. Fundamentado nos princípios da Política Nacional de Educação Ambiental, dedica-se a proporcionar a interação do mundo acadêmico com a comunidade por meio da educação ambiental.

Desde 1995, o Muzar realiza atividades ambientais, na educação e na conservação. Na educação ambiental, oportuniza e participa interna e externamente de diversas interações, utilizando-se de palestras, trilhas, projetos, mostras, feiras, campanhas, eventos educacionais e culturais, promovendo o contato, o encontro, a troca, a construção de conhecimento, de ideais e percepções. Na conservação, apoia projetos de pesquisa das áreas afins, bem como participa em projetos de reconhecimento e proteção da flora e fauna regional.

Partindo da contextualização desses setores, evidencia-se que a política ambiental da Universidade de Passo Fundo parte da compreensão de que a instituição, visando à sustentabilidade ambiental plena, propõe-se a desenvolver suas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão orientadas por uma política ambiental clara e objetiva, adequada à sua realidade, no contexto comunitário, por meio do planejamento e gestão em torno dos seguintes eixos temáticos: 1) conservação, preservação e sustentabilidade ambiental; 2) gestão de resíduos e combate à poluição; 3) eficiência energética; 4) urbanização e ocupação racional; 5) educação e comunicação ambiental.

1.3.7 Práticas de trabalho, *marketing* leal, legalidade das operações e questões relativas ao consumidor

Em relação às práticas de trabalho, a Universidade de Passo Fundo orienta suas práticas de gestão de pessoas no sentido de assegurar o cumprimento da legislação e das normas internacionais do trabalho decente. Sendo assim, pressupostos como a igualdade de gênero na divisão deste, a justa remuneração e o acesso aos direitos sociais de professores e funcionários está assegurado. A perspectiva de qualificar o setor de pessoal tem se feito presente mediante práticas de planejamento e avaliação, no entanto, do ponto de vista dos funcionários, percebe-se uma insuficiência nesse aspecto (relatos feitos pelos Grupos de excelência na prestação de serviços (GEPS) por ocasião do Planejamento Estratégico Institucional). Assegura-se ao trabalhador da UPF a igualdade de oportunidades, com perspectiva de ascensão nas carreiras docentes e técnico-administrativas. Os dados pessoais dos trabalhadores são protegidos por meio da privacidade dos

sistemas informatizados. A utilização de mão de obra terceirizada constitui-se em item de consenso, no sentido de evitá-la sempre que possível, a não ser nos casos que envolvem o intercâmbio de docentes e pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento. Em relação às condições de trabalho, a Universidade trabalha em consonância com leis nacionais e internacionais de proteção ao trabalhador, respeitando os acordos coletivos com as diferentes instâncias sindicais. Colocam-se como desafios às práticas de trabalho na instituição, a construção de uma política de gestão de pessoas alinhadas às necessidades de eliminação, substituição, controles de engenharia, controles administrativos, procedimentos de trabalho e definição de planos de carreira que contemplem diferentes segmentos de trabalhadores.

A Divisão de recursos humanos entende que a responsabilidade social deve ser vista como um modo de ser estratégico na gestão de todas as suas atividades, valendo-se da ideia de que o grande diferencial de uma organização são as pessoas. Busca-se desenvolvê-las permanentemente, para que sejam capazes de conduzir suas vidas, gerir seu conhecimento, suas potencialidades e competências, para que isso reflita no desenvolvimento de suas famílias e da sociedade como um todo.

Considerando o contexto de implementação de uma política de responsabilidade social na UPF, é fundamental a promoção de ações contínuas para que toda a organização mantenha-se mobilizada para o tema, para que a ação social assuma uma função estratégica, ao mesmo nível da sua estratégia econômica, quando então uma gestão participativa torna-se capaz de valorizar pessoas com respeito, postura ética e valores humanos, bases das atividades atuais.

A área de recursos humanos contribui significativamente, gerenciando a responsabilidade social interna, isto é, trabalhando de forma alinhada às práticas de responsabilidade social da instituição, preocupando-se em manter um ambiente

organizacional em conformidade com a missão social da Universidade. Nesse sentido, destaca a preocupação com o desenvolvimento contínuo de estratégias de comunicação, que começam a ser aplicadas desde a admissão de um funcionário, que passa pelo treinamento de integração e entra em contato com todas as políticas da instituição. Há uma preocupação constante em relação à acessibilidade de todas as informações atualizadas da UPF, para tanto, procura-se manter diálogo contínuo com profissionais de todos os níveis, por meio de relações éticas transparentes e canais de comunicação efetivos que fazem parte da intranet, sistema informatizado, murais, e-mails, manuais e *folders*.

O processo de seleção de pessoas prioriza o aproveitamento da força de trabalho interna, valorizando o potencial humano que já se encontra na organização e pode ser ainda mais valorizado. Profissionais portadores de necessidades especiais são selecionados constantemente e existe uma preocupação com a integração desse pessoal em seu local de trabalho. São realizadas entrevistas de acompanhamento com os gestores, durante as quais são identificadas oportunidades de melhoria, no sentido de facilitar sua adaptação física e também aspectos referentes ao relacionamento interpessoal e desenvolvimento técnico qualificado. Como a Universidade possui um banco de talentos virtual, procura-se estimular que participem desse projeto, vindo ao Campus, pessoas de baixa renda e sem acesso à internet, para que, dessa forma, um atendente possa realizar seu cadastro. A atual Política de Carreira de Cargos e Salários busca valorizar profissionalmente os funcionários, com base em ferramentas atuais de remuneração estratégica que possibilitam progressão em suas carreiras (progressão horizontal na carreira por tempo ou merecimento e a vertical para um cargo de nível superior), alinhadas à sustentabilidade da empresa, à legislação trabalhista e acordos coletivos. A preservação ambiental é tratada

como um pilar da sustentabilidade, conciliando o trabalho diário com conservação dos recursos naturais, sensibilizando todos os funcionários com programas internos, para o fato de que ao suprir nossas atuais necessidades, não estejamos privando gerações futuras de suprir as suas.

Para propiciar um local de trabalho seguro a todos os funcionários, o Setor de Segurança e Medicina do Trabalho promove avaliações e investigações de cada posto de trabalho, projetos de melhorias e ações contínuas para que nenhum trabalhador esteja colocando sua vida, ou a vida de outra pessoa, em risco.

Em relação à saúde do trabalhador, entende-se, a partir da lei nº 8.080 (Brasil, 1990), um conjunto de atividades que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e à reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

Como forma de incentivar a prática de atividades e a promoção de bem-estar, são realizadas sessões de ginástica laboral, palestras e oficinas com profissionais da área da saúde, em alguns casos estendendo-se inclusive aos familiares. Nesse sentido, a UPF conta com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), a qual analisa riscos à saúde e à segurança no desenvolvimento das atividades dos trabalhadores, comunicando exigências aos colaboradores sobre as práticas de segurança de forma permanente. Importante sinalizar que as questões referentes ao Setor de Medicina do Trabalho são previstas nas normas internacionais como fundamentais na responsabilização institucional para com seus trabalhadores. Nesse sentido, a observância de normas pode ser aprimorada na UPF, considerando o papel da instituição na promoção e manutenção do bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores, prevenindo os perigos causados à saúde.

de pelas condições de trabalho. Exige-se, então, que a política de responsabilidade social constitua-se de modo a identificar perigos, ônus que possam vir a afetar ou impactar negativamente os trabalhadores, as comunidades e os ambientes.

Considerando a perspectiva de promover o trabalho digno, anualmente, as necessidades de formação e desenvolvimento são mapeadas e organizadas sistematicamente em um plano de desenvolvimento para todas as áreas e funções, com vistas a preparar os profissionais para o desempenho de suas funções de forma segura, além de desenvolver suas aptidões para que possa crescer continuamente em seu local de trabalho. A essência da responsabilidade social para a área de recursos humanos é baseada na ética e no respeito pelo funcionário e pela sociedade. Atividades são desenvolvidas com vistas a criar um ambiente laboral agradável e valorizar seus recursos humanos, onde as pessoas são vistas com um papel decisivo no seu compromisso com relação à sociedade de uma maneira geral.

Em relação aos indicadores que buscam identificar as práticas de prevenção à corrupção, observa-se a predominância de uma cultura onde as lideranças da UPF dão exemplo de anticorrupção, buscando a transparência de seus atos administrativos, levando-os ao conhecimento da comunidade acadêmica por diferentes instâncias institucionais. As principais ferramentas utilizadas para estimular as práticas anticorrupção são: a) auditorias internas e externas (fiscalização); b) instituição centralizada do sistema de compras e contratação de serviços na seção de compras da UPF; c) nomeação de comissões de licitação para obras e reformas. Dessa forma, o princípio “norteador” utilizado para estimular as práticas anticorrupção é: “quem solicita não compra; quem compra não paga; quem paga não solicita e não compra”.

As possíveis violações da legislação criminal são levadas ao conhecimento das autoridades judiciais, seguindo os ritos

institucionais estabelecidos em lei: a) boletim de ocorrência; b) comissão de inquérito; c) registro policial, etc.

O estímulo às organizações com as quais a instituição opera é feito por meio de “cadastro”, no qual são requeridas negativas fiscais e também de credenciamento ambiental (junto à FEPAM e a municípios com competência para gerir ações e projetos na área ambiental).

A UPF tem, em seus princípios, a obediência às leis, regulamentos de concorrência e coopera com as autoridades competentes, em especial com o Ministério Público das Fundações (MPF), que é responsável pela fiscalização das universidades comunitárias.

A UPF tem, em seus princípios, a observância de critérios éticos, sociais ambientais e de igualdade de gênero, assim como de saúde e segurança em suas políticas e práticas de compra, distribuição e contratação para melhorar a consistência com os objetivos de responsabilidade social. Isso encontra-se instrumentalizado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico Institucional (PPI) e Estatuto da Fundação.

A promoção do tratamento justo e prático dos custos e benefícios de implementar práticas socialmente responsáveis em toda a cadeia de valor inicia com a elaboração do orçamento anual (feito de forma aberta e transparente), norteado pelo princípio das entidades filantrópicas de reverter os resultados positivos em favor da comunidade acadêmica e seus colaboradores. Ainda, quanto à promoção da responsabilidade social na cadeia de valor, cabe salientar o grande número de bolsas (Prouni, vestibular social, gratuidades, etc) revertidas em favor de toda a comunidade (alunos em geral, funcionários e professores), alimentação e programas de extensão.

A instituição tem ainda como princípio não atuar no mercado de forma “predatória e mercantilista” promovendo a desigualdade social e a exploração dos mais “fracos e menos

favorecidos”. A exemplo disso, e colocada à disposição dos estudantes um número significativo de modalidades de bolsas de estudo. Significa dizer que a UPF possui uma política clara no sentido de ampliar perspectivas de acesso à universidade, corroborando assim para o fortalecimento de sua missão institucional e de suas bases de atuação no âmbito da responsabilidade social. Em 2013, contabilizam-se 8.137 bolsas institucionais e filantrópicas na instituição.

Nesse mesmo ano, a UPF ofereceu uma nova modalidade de incentivo ao acesso ao ensino superior: o vestibular social. Por meio da utilização exclusiva da média no Enem, esse vestibular, aprovado pelo Conselho Diretor da FUPF e pelo Conselho Universitário, teve vagas abertas em 16 cursos no *campus* central e quatro cursos nos *campi*, com a oferta de bolsas de estudo integral (100%) ou parcial (50%). Essa iniciativa aproveitou as vagas remanescentes do Processo Seletivo de Inverno 2013 e reforçou o compromisso da UPF com a responsabilidade social e com as demandas e necessidades regionais de universalizar o acesso à educação superior.

Em relação às questões relativas aos serviços educacionais prestados, a UPF adota uma política clara, buscando ser transparente o máximo possível nas suas relações com alunos – principais interessados nos serviços educacionais prestados. Em relação ao direito de os alunos terem amplo acesso às informações necessárias ao seu processo formativo, observa-se que as campanhas publicitárias da Universidade de Passo Fundo visam, sem exceção, a fornecer todas as informações necessárias para que os possíveis interessados possam fazer uma escolha assertiva e consciente dos limites e possibilidades. A informação completa, clara e honesta é a base para os materiais de comunicação. O *site* da instituição e os *hotsites* criados para as campanhas são o suporte para a divulgação completa de todas as informações. A universidade mantém canais de comunicação disponível para atender o esclareci-

mento de possíveis dúvidas, como é o caso do 0800 e do atendimento *online*. Em relação à remuneração dos funcionários, destaca-se que esta é planejada de tal forma a ser condizente com a sua função (instrumentos que regem a remuneração dos professores e funcionários). Para os professores, existe um plano de carreira, já consolidado; e os funcionários passaram, a partir de setembro de 2013, a contar com plano de carreira recentemente elaborado. A formação dos funcionários em como lidar com conflitos de interesse está a cargo da Divisão de Recursos Humanos (DIV/RH) e do SAEs. A UPF, por seu caráter comunitário e princípios éticos, proíbe a informação enganosa, a falsidade ideológica e procedimentos que se instrumentalizem mediante ameaça ou compulsão.

Em relação aos aspectos de propaganda e *marketing*, a Universidade de Passo Fundo utiliza somente meios de comunicação que identificam claramente que a peça em questão é propaganda. Os materiais utilizados, como *folder*, cartazes para TV, evidenciam tal afirmação. Outro exemplo é o Projeto Universidade Aberta, que oportuniza aos alunos da educação básica uma aproximação com a ciência, por meio dos diferentes cursos, buscando ajudá-los para que possam tomar uma decisão assertiva quanto ao curso e à instituição de ensino irão escolher. Da mesma forma, ocorre o Interação UPF, evento que tem como objetivos apresentar aos estudantes do ensino médio da região a estrutura da instituição, seus cursos e demais esclarecimentos sobre os serviços prestados pela UPF.

Nessa perspectiva, a universidade divulga o preço cobrado pela prestação dos seus serviços no *hotsite* de divulgação do vestibular onde estão publicados os valores das matrículas dos cursos oferecidos. Os termos de condições e demais detalhes são claramente especificados no dia da matrícula e no contrato assinado pelo aluno ingressante. Enfatiza-se também que a UPF tem como política de comunicação sempre fornecer informações claras àqueles a quem presta seus servi-

ços. A central de informações, núcleo da divisão de *marketing*, tem como propósito fornecer informações pertinentes sempre que solicitado. Além desse núcleo, a Instituição possui a Ouvidoria, que, conforme citado anteriormente, é um canal de comunicação que oportuniza a participação docente, discente, de funcionários, administrativa e da comunidade na resolução de dificuldades referentes ao funcionamento da UPF. A ouvidoria, também, está disponível para receber e ouvir proposições e sugestões.

Nas peças publicitárias, a UPF não utiliza textos, áudios e imagens que perpetuem estereótipos referentes a gênero, religião, raça, deficiências e relacionamentos pessoais. Quanto à proteção dos dados de alunos e comunidade acadêmica, a instituição coleta dados dos consumidores por meio de pesquisas realizadas diretamente com os alunos em ações de *marketing* direto, no entanto, não divulga dados pessoais dos seus clientes para fins mercadológicos. A UPF reserva o direito ao aluno e/ou interessado de confirmar seus dados sempre que necessário.

2 Princípios e diretrizes da política de responsabilidade social na instituição

Os princípios filosóficos e metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição são oriundos de um processo histórico que culminou na consolidação de um projeto coletivo de instituição comunitária. Compromissada com o desenvolvimento regional e com a oferta de uma educação de qualidade, ancorada nos preceitos do artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o qual concebe a educação como abrangendo processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Se tomarmos, também, como elemento de reflexão o capítulo IV da LDB, veremos que a educação superior tem por finalidade o estímulo à criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; a formação de diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e para a colaboração na sua formação contínua; o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica,

visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; o fomento do desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; a promoção da extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Considerando a natureza da instituição de ensino superior comunitária, apresentam-se como princípios que orientam a presente política:

- a) o princípio da universalidade, que, no contexto de uma IES comunitária, propõe o compromisso com a geração, reelaboração, difusão e aplicação do conhecimento em condições de igualdade, equidade, emancipação, solidariedade e respeito à pluralidade ideológica e à diversidade cultural e científica. Esse princípio indica como diretriz a valoração da liberdade intelectual e o acesso ao conhecimento como viabilizadores de novas possibilidades de escolhas pessoais responsáveis e alinhadas com o bem comum e a dignidade humana;
- b) o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o qual expressa o trabalho acadêmico, indicando como diretriz o incentivo do exercício ao

diálogo qualificado com a sociedade. Do mesmo modo, indica a formação acadêmica pautada na perspectiva inter e multidisciplinar, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão. A integração das funções da Universidade ocorre respeitando o perfil do estudante, as características das áreas e saberes e as necessidades regionais, sem perder a perspectiva de globalização;

- c) o princípio do compromisso social como transversalizador das ações acadêmicas, indicando como diretriz, o comprometimento com a melhoria direta das condições de vida da sociedade, promovendo, incessantemente, a dignidade humana e a erradicação de toda forma de discriminação, de dominação e de desrespeito à vida humana e natural. Nesse aspecto, prevê-se que as ações de responsabilidade social deverão estar articuladas com as políticas públicas as quais também indicam o compromisso com o cumprimento da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos a partir da Declaração do Milênio das Nações Unidas, em setembro de 2000, sob a forma de oito compromissos concretos se cumpridos nos prazos fixados, os quais implicam a melhoria do destino da humanidade, incluindo ações de âmbito direto e indireto: no combate à fome e à miséria; na promoção da educação básica de qualidade para todos; na promoção da igualdade de gênero; na redução da mortalidade infantil; na melhoria da saúde da gestante; no combater à malária, à AIDS e a outras doenças; na promoção da qualidade de vida e do respeito ao meio ambiente; no trabalho pelo pleno desenvolvimento econômico e social dos povos e nações;

- d) o princípio da qualidade educativa, tendo como diretriz o desenvolvimento aprofundado de competências e o fortalecimento de princípios éticos, políticos e estéticos que configurem uma formação de qualidade para todos. O resultado da aprendizagem deverá propiciar uma postura humanística e de respeito à natureza. A ação acadêmica contemplará desafios que ensejem o despertar do espírito inovador e empreendedor do estudante. A busca de uma educação qualificada deverá incorporar a formação continuada da comunidade universitária;
- e) o princípio da transparência na prestação de contas e da responsabilização pelos impactos de uma IES na sociedade, na economia e no meio ambiente, apontando como diretriz a necessidade de atender os anseios das partes interessadas e comunidades, bem como as exigências do Ministério da Educação e instituições relacionadas, que sistematicamente avalia, por meio de indicadores do Sinaes, o cumprimento dos dispositivos legais em relação a leis e regulamentos. Sendo assim, por meio de documentos e avaliações a UPF presta conta de suas decisões institucionais. Constitui-se como desafio em relação a esse princípio, a instauração de processos de avaliação nas instâncias administrativas e pedagógicas, as quais indicam medidas a serem tomadas para evitar a repetição de impactos negativos não intencionais ou imprevistos;
- f) o princípio da preocupação com as partes interessadas há que ter base no fato de que uma instituição de ensino superior como a UPF traz em sua história a permanente preocupação em garantir formação de qualidade, nos melhores níveis de excelência. Compreende-se como partes interessadas de uma IES, a comunidade acadêmica, de forma direta, e a comuni-

dade regional, de forma indireta. Tal princípio indica como diretriz o fortalecimento da estrutura democrática e colegiada da UPF, concretizando-se no diálogo entre conselheiros, usuários, organizações associadas, outros indivíduos ou grupos que podem ter também direitos, reivindicações ou interesses específicos que convêm que sejam levados em conta;

- g) o princípio que reconhece a educação como política social situada em uma estrutura de Estado de Direito, onde é considerada a supremacia da lei, indicando como diretriz o seguimento dos preceitos legais, destacando a compreensão de que nenhum indivíduo ou organização está acima da lei e de que o governo também está sujeito à lei;
- h) o princípio de respeito pelas normas internacionais de comportamento e aos direitos humanos, o qual designa como diretriz a compreensão da universalidade dos direitos humanos e da indivisibilidade dos direitos civis, sociais e políticos, fazendo-se valer nos espaços de formação acadêmica e nas demais formas de relação que a universidade estabelece com sujeitos, comunidades e instituições.

3 Objetivos da política de responsabilidade social da UPF

A política de responsabilidade social da UPF tem como objetivo geral implementar na Instituição um sistema de governança organizacional baseado nos princípios e diretrizes de responsabilidade social definidos institucionalmente, o qual possibilite tomar decisões e realizar ações de identificação e qualificação dos impactos sociais, ambientais e econômicos no contexto de atuação institucional, promovendo a cidadania, os direitos humanos e a sustentabilidade para as atuais e futuras gerações.

Já como objetivos específicos, volta-se especial olhar a:

- a) promover, de forma sistêmica, a apropriação da dimensão da responsabilidade social e dos princípios estabelecidos na política junto a diferentes sujeitos, grupos e instituições com as quais a UPF relaciona-se, visando uma maior compreensão da importância da responsabilidade social nas práticas institucionais;
- b) sensibilizar, por meio de recursos midiáticos e de comunicação institucional, a comunidade interna e externa para a decisão institucional da UPF implementar como ferra-

- menta de gestão, a política de responsabilidade social, visando à criação de uma cultura de responsabilidade social (RS), estimulando o diálogo entre a IES e os sujeitos – trabalhadores, acadêmicos e comunidade com as quais se relaciona;
- c) elaborar coletivamente um plano institucional de RS, descentralizado, o qual possibilite intervir nos processos decisórios e na governança no sentido de garantir e aprimorar os princípios e diretrizes de responsabilidade social na UPF, conferindo materialidade aos temas centrais: governança organizacional; direitos humanos, o envolvimento e o desenvolvimento junto às comunidades; práticas de proteção ao meio ambiente; práticas de trabalho, *marketing* leal e questões relativas ao consumidor;
 - d) elaborar coletivamente um diagnóstico (*Due diligence*) institucional de RS, visando ao mesmo tempo ao engajamento/empoderamento das partes interessadas na qualificação e materialização da política de responsabilidade social, a identificação de práticas já realizadas e necessidades de implementação de novas/outras práticas de no que concerne à temática;
 - e) promover a educação e a aprendizagem contínuas para o desenvolvimento de saberes e competências da responsabilidade social, buscando a construção de conhecimento e socialização de conhecimentos que possibilitem aprimorar práticas que estimulam a ética, a transparência, a sustentabilidade, os direitos humanos no contexto institucional e junto às partes interessadas;
 - f) integrar sistemas, políticas, processos e comportamentos decisórios no âmbito institucional na implementação da política de responsabilidade social

- junto às unidades de ensino, nas práticas de gestão, graduação, pesquisa e extensão institucionais;
- g) orientar as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão por uma política ambiental clara e objetiva, adequada à sua realidade, no contexto comunitário, por meio do planejamento e gestão em torno dos seguintes eixos temáticos: 1) conservação, preservação e sustentabilidade ambiental; 2) gestão de resíduos e combate à poluição; 3) eficiência energética; 4) urbanização e ocupação racional; 5) educação e comunicação ambiental;
 - h) promover atividades voltadas para o desenvolvimento, a produção e a preservação cultural e artística por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo-se na elaboração e no desenvolvimento das políticas públicas voltadas à cultura, à memória e ao patrimônio regional e nacional;
 - i) implementar um sistema de gestão de responsabilidade social que permita o envolvimento de toda a cadeia produtiva/de serviços no processo, objetivando aplicar os princípios e diretrizes de responsabilidade social junto à rede de fornecedores, clientes, trabalhadores-funcionários, parceiros, dentre outros, visando a estabelecer metas de corresponsabilização na defesa dos direitos humanos, sociais e ambientais.
 - j) implementar um sistema de monitoramento e avaliação dos temas centrais a serem discutidos e qualificados no contexto institucional; visando a minimizar riscos sociais e ambientais.

4 Aspectos metodológicos da implementação da política de responsabilidade social da UPF

A implementação de uma política de responsabilidade social em uma instituição de ensino superior exige a convergência de olhares para o que, no contexto do presente documento, denomina-se de projeto de universidade. Esse projeto, construído há mais de 45 anos, disposto em diferentes documentos institucionais, e materializado no cotidiano da gestão, do ensino, da extensão e da pesquisa, indica a necessidade de definição de metas e adoção de estratégias que considere cenários, conjunturas, sujeitos e práticas em andamento.

Sujeitos e práticas, em especial, constituem os principais elementos de toda e qualquer política de responsabilidade social, já que é na ação que são legitimadas as intenções de promover desenvolvimento, de produzir cidadania nos diferentes territórios em que a universidade atua.

Sendo assim, compreende-se que os princípios e objetivos dispostos na presente política constituem-se em elementos orientadores de estratégias que serão gestadas e implementadas a partir da construção de um lugar – imaginário e real – para a responsabilidade social institucional. Esse lugar

está presente no cotidiano institucional, já que a condição de universidade comunitária e o vasto histórico de práticas articuladas às regiões e comunidades se fortalecem dia a dia. A questão que se coloca como premente é que tais práticas estão dispostas de modo ainda não organizado enquanto política de responsabilidade social.

Sendo assim, o processo de elaboração da política de responsabilidade social indica, por si só, a possibilidade de reconhecimento de iniciativas em RS já institucionalizadas, partindo do recorte dos temas centrais – indicados pela Norma ABNT 26.000 e pelo Sinaes.

Cabe, a partir desse reconhecimento, aprofundar e constituir políticas organizacionais relacionadas aos temas centrais que fazem sentido para o contexto local e regional em que a UPF está inserida.

Sendo assim, coloca-se como pressuposto metodológico que esta política constitua-se de guia orientativo, que possibilite iniciar ações, as quais, em médio e longo prazo, poderão traduzir-se em estratégias, processos, planos, programas, projetos, ações – relacionados às prioridades de responsabilização. Tal perspectiva implica prever estrutura para a gestão da política de responsabilidade social, definição de responsabilidades, cronogramas, dotação de orçamento, no sentido de garantir sua implementação. Conforme recomendações da Norma 26.000,

[...] uma forma importante e eficaz de integrar a responsabilidade social em toda a organização é por meio da governança da organização, sistema pelo qual suas decisões são tomadas e implementadas em busca de seus objetivos. Convém que uma organização gerencie, de forma conscienciosa e metódica, seus impactos referentes a cada tema central e monitore os impactos das organizações dentro de sua esfera de influência, de modo a minimizar o risco de danos socioambientais, bem como maximizar oportunidades e impactos positivo (2010, p. 90).

Da mesma forma, entende-se que os valores e a cultura existentes na organização podem ter um efeito significativo na facilidade e velocidade com que a responsabilidade social pode ser integrada plenamente por toda a organização. Embora a UPF tenha como tradição a realização de ações em responsabilidade social, a implementação de uma política de responsabilidade social com delimitação de temas, com a necessidade de profissionalização de setores poderá produzir resistência à mudança. Daí a importância em empreender esforços sistemáticos, por um longo período de tempo, para a construção de uma cultura que possibilite integrar a abordagem da responsabilidade social nas mais atividades institucionais.

Nessa perspectiva, compreende-se que o processo de implementação da política de responsabilidade social na instituição implicará, inicialmente, as seguintes ações:

- a) elaboração, discussão da política com os diferentes segmentos institucionais. Definição do documento final e lançamento da política de responsabilidade social na Instituição;
- b) elaboração de estratégias e material para a sensibilização dos novos desafios postos à implementação da política de responsabilidade social na Instituição – considerando os temas centrais e principais setores envolvidos. Esse período compreende a formação de comissões, grupos de trabalho, os quais inicialmente se dedicarão a compreender a política em linhas gerais, a estudar documentos que subsidiam a formulação dos planos de responsabilidade social. Desse processo, serão construídas políticas específicas no campo ambiental, das práticas de trabalho, patrimônio e cultura, enfrentamento da exclusão social e relações com a comunidade;
- c) constituição de grupos de trabalho, subsidiados por uma comissão de responsabilidade social a qual terá

como finalidade assessorar os diferentes segmentos da instituição na implementação de ações, projetos, programas, planos e políticas de responsabilidade social;

- d) construção de meios físicos para a implementação da política de responsabilidade social e seus subprodutos – tais como sistemas informatizados – avaliação e monitoramento;
- e) realização de diagnósticos e indicadores de monitoramento e avaliação das ações de responsabilidade social na UPF;
- f) padronização da sistematização e documentação das ações realizadas.

Partindo dessas considerações, apresenta-se, a seguir, um conjunto de metas e estratégias relacionadas ao processo de implementação da presente política no contexto da Universidade de Passo Fundo.

5 Metas e estratégias de implementação da política de responsabilidade social na UPF – 2013/2016

Objetivo 1:

Promover, de forma sistêmica, a compreensão da dimensão da responsabilidade social e dos princípios estabelecidos na política junto a diferentes sujeitos, grupos e instituições com as quais a UPF relaciona-se, visando a uma maior compreensão da importância da responsabilidade social nas práticas institucionais.

META 1. Disseminar a cultura da política de responsabilidade social nas práticas institucionais.	
Estratégia 1.1	Elaboração da proposta da política de responsabilidade social na UPF – submetendo esta à apreciação nas diferentes instâncias institucionais – vice-reitorias, setores estratégicos (relacionados aos temas centrais), unidades de ensino.
Estratégia 1.2	Constituição de comissões representativas a fim de contribuir para a ampliação do debate e definição de estratégias de implementação da política de responsabilidade social na UPF.
Estratégia 1.3	Orientação e formação dos gestores de setores estratégicos sobre a implantação da política de RS na instituição.
Estratégia 1.4	Elaboração de material didático a fim de instrumentalizar os diferentes sujeitos que fazem parte da instituição a compreenderem a responsabilidade social enquanto dimensão que transversaliza a gestão, o ensino, a pesquisa e a extensão.
Estratégia 1.5	Elaboração e publicização de código de ética institucional.

Objetivo 2:

Sensibilizar, por meio de recursos midiáticos e de comunicação institucional, a comunidade interna e externa para a decisão institucional da UPF implementar como ferramenta de gestão a política de responsabilidade social, visando à criação de uma cultura de RS, estimulando o diálogo entre a IES e os sujeitos – trabalhadores, acadêmicos e comunidade com as quais se relaciona.

META 2. Realizar campanha multimídia permanente relacionada que repercute a decisão da instituição implementar a política de responsabilidade social.	
Estratégia 2.1	Realizar formação em responsabilidade social aos setores responsáveis pela produção e veiculação de informações institucionais na UPF – complexo rádio e televisão; imprensa, <i>marketing</i> .
Estratégia 2.2	Produzir e difundir peças publicitárias, matérias, debates, reportagens acerca dos temas centrais em responsabilidade social na UPF – apresentando-os articulados às práticas de gestão, pesquisa, ensino e extensão.
Estratégia 2.3	Abordar requisitos legais e outros para a divulgação de informações relacionadas à responsabilidade social.
Estratégia 2.4	Mostrar como a organização está cumprindo seus compromissos de responsabilidade social e respondendo aos interesses das partes interessadas e às expectativas da sociedade em geral.
Estratégia 2.5	Publicizar informações sobre os impactos das atividades, produtos e serviços da organização, inclusive detalhes de como os impactos mudam ao longo do tempo.
Estratégia 2.6	Fortalecer a reputação da organização no que se refere à ação responsável, franqueza, integridade e <i>accountability</i> , para fortalecer a confiança das partes interessadas na organização.

Objetivo 3:

Elaborar coletivamente um plano institucional de responsabilidade social, descentralizado, o qual possibilite intervir nos processos decisórios e na governança no sentido de garantir e aprimorar os princípios e diretrizes de RS na UPF, conferindo

materialidade aos temas centrais: governança organizacional; direitos humanos, envolvimento e desenvolvimento junto às comunidades; práticas de proteção ao meio ambiente; práticas de trabalho, *marketing* leal e questões relativas ao consumidor.

META 3. Plano plurianual de responsabilidade social – VRADM; VRGRAD; VRPPG; VREAC.	
Estratégia 3.1	Desenvolver plano para operacionalizar a política de responsabilidade social em curto prazo.
Estratégia 3.2	Desenvolver plano para operacionalizar a política de responsabilidade social em médio e longo prazo.
Estratégia 3.3	Definir ações prioritárias na área dos direitos humanos a partir das dimensões da gestão, da graduação, da pesquisa e da extensão.
Estratégia 3.4	Definir ações prioritárias em relação às práticas de trabalho, tendo como foco o setor de recursos humanos, cujas ações deverão estar conectadas às dimensões da gestão, da graduação, da pesquisa e da extensão.
Estratégia 3.5	Definir ações prioritárias em relação ao envolvimento e o desenvolvimento junto às comunidades, tendo como foco a extensão universitária, responsável por promover articulações com as demais dimensões – da gestão, da graduação, da pesquisa e da extensão.
Estratégia 3.6	Definir ações prioritárias em relação às práticas de proteção ao meio ambiente, cujas ações deverão perpassar as dimensões da gestão, da graduação, da pesquisa e da extensão.
Estratégia 3.7	Definir ações que promovam práticas leais de operação, <i>marketing</i> leal e questões que garantam o direito ao consumidor a partir da perspectiva da governança institucional, perpassando os setores corresponsáveis a tais práticas.
Estratégia 3.8	Definir e colocar em atividade estrutura jurídica que regule muitas das decisões e atividades relacionadas à responsabilidade social.

Objetivo 4:

Elaborar coletivamente um diagnóstico (*Due diligence*) institucional de responsabilidade social, visando ao mesmo tempo o engajamento/empoderamento das partes interessadas na qualificação e materialização da política de responsabilidade social, e, a identificação de práticas já realizadas e necessidades de implementação de novas/outras práticas de responsabilidade social.

META 4. Realização e publicação de diagnóstico bianual de responsabilidade social na UPF.	
Estratégia 4.1	Realizar a formação dos diferentes sujeitos – estudantes, professores, gestores – sobre a importância e os aspectos metodológicos do procedimento de <i>Due diligence</i> na implantação da política de responsabilidade social na UPF. A <i>Due diligence</i> , no contexto da responsabilidade social, é um processo abrangente e proativo para identificar impactos sociais, ambientais e econômicos negativos reais e potenciais das decisões e atividades de uma organização com o propósito de evitar e mitigar esses impactos.
Estratégia 4.2	Definir indicadores de diagnóstico das ações de responsabilidade social em curso, a partir da legislação vigente – instrumentos MEC e Normas ABNT atualizadas.
Estratégia 4.3	Definir procedimentos metodológicos básicos para o estudo de comissões e grupos que terão como responsabilidade mapear necessidades de ações em responsabilidade social, considerando os temas centrais governança organizacional; direitos humanos, o envolvimento e o desenvolvimento junto às comunidades; práticas de proteção ao meio ambiente; práticas de trabalho, <i>marketing</i> leal e questões relativas ao consumidor.
Estratégia 4.4	Aprimorar a articulação entre a UPF e os diferentes grupos sociais e instituições com as quais se relaciona, buscando o permanente levantando de dados sobre as transformações dos territórios, o surgimento de demandas sociais e perspectiva de enfrentamento de violações de direitos que se colocam nas realidades locais e regionais.
Estratégia 4.5	Padronizar e instrumentalizar setores da instituição na elaboração de relatórios e documentos que envolvam a prática da responsabilidade social na instituição.
Estratégia 4.6	Obter elementos para avaliar como as atividades existentes e as propostas podem afetar os direitos humanos, buscando integrar a perspectiva de promoção dos direitos humanos, do cuidado ao meio ambiente, do trabalho decente, da ética e transparência das ações e do enfrentamento das expressões da questão social no âmbito local e regional, em toda a instituição.
Estratégia 4.7	Assegurar-se de que a instituição não pratica discriminação contra empregados, parceiros, clientes, partes interessadas, conselheiros e qualquer outro com quem a organização tenha contato ou em quem possa impactar.
Estratégia 4.8	Oportunizar aos setores administrativos e às vice-reitorias o conhecimento dos dados de realidade, os quais implicam a perspectiva de a Universidade contribuir para o enfrentamento de questões que envolvem violação de direitos, do meio ambiente e que comprometam as perspectivas de desenvolvimento sustentável das atuais e futuras gerações.

Objetivo 5:

Promover a educação e a aprendizagem contínuas para o desenvolvimento de saberes e competências da responsabilidade social, buscando a construção de conhecimento e socialização de conhecimentos que possibilitem aprimorar práticas que estimulam a ética, a transparência, a sustentabilidade, os direitos humanos no contexto institucional e junto às partes interessadas.

META 5. Constituição de Comissão de Responsabilidade Social institucional (com representação das diferentes instâncias).	
Estratégia 5.1	Definir critérios para a composição da Comissão, bem como para a definição da função da comissão no que tange aos processos formativos, ao monitoramento e a avaliação.
Estratégia 5.2	Realizar análises em intervalos apropriados para determinar como está seu desempenho em relação às metas e objetivos da responsabilidade social e para identificar a necessidade de mudanças em programas e procedimentos. Tais análises devem ser devidamente documentadas e apresentadas aos gestores da instituição.
Estratégia 5.3	Realizar análises periódicas de desempenho, em intervalos apropriados, que possam ser usadas para determinar o progresso em responsabilidade social, ajudar a manter os programas bem focados, identificar áreas que precisam de mudanças e contribuir para a melhoria do desempenho.
Estratégia 5.4	Difundir, por meio de relatórios apropriados, os resultados obtidos a partir do processo de implementação, o qual propõe o monitoramento e a avaliação de planos, programas, projetos e ações em responsabilidade social na UPF.
Estratégia 5.5	Integrar e manter vigilância em relação aos temas centrais norteadores, para que os mesmos sejam discutidos e incorporados em toda Instituição.
Estratégia 5.6	Identificar como os princípios da responsabilidade social e os temas centrais e questões aplicam-se às diferentes áreas da organização, propondo soluções e fazendo encaminhamentos necessários.
Estratégia 5.7	Instrumentalizar setores e grupos na revisão de procedimentos operacionais para que sejam consistentes com os princípios e temas centrais de responsabilidade social.
Estratégia 5.8	Acompanhar a implementação das decisões para assegurar que sejam seguidas de forma responsável e determinar a <i>accountability</i> dos resultados das decisões e atividades da organização, sejam eles positivos ou negativos.
Estratégia 5.9	Constituir comissão interinstitucional, com representantes das comunidades e instituições locais e regionais, cuja finalidade é o reconhecimento e a legitimidade das ações de planejamento, execução e avaliação da política de responsabilidade social na UPF.

Objetivo 6:

Integrar sistemas, políticas, processos e comportamentos decisórios no âmbito institucional na implementação da política de responsabilidade social junto às unidades de ensino, nas práticas de gestão, graduação, pesquisa e extensão institucionais.

META 6. Introdução da dimensão da responsabilidade social em documentos, normativas, projetos, relatórios, eventos e demais atividades institucionais.	
Estratégia 6.1	Revisar documentos legais, institucionais, no sentido de vincular a dimensão da responsabilidade social às dimensões da gestão, do ensino, da pesquisa e da extensão.
Estratégia 6.2	Definir procedimentos que possibilitem de maneira desburocratizada, o registro e a institucionalização de planos, programas, projetos e ações em responsabilidade social na UPF.
Estratégia 6.3	Atualizar permanente as prerrogativas legais, documentos e normas que orientam a articulação da responsabilidade social no contexto das instituições de ensino superior.

Objetivo 7:

Orientar as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão por uma política ambiental clara e objetiva, adequada à sua realidade, no contexto comunitário, por meio do planejamento e gestão em torno dos seguintes eixos temáticos: 1) conservação, preservação e sustentabilidade ambiental; 2) gestão de resíduos e combate à poluição; 3) eficiência energética; 4) urbanização e ocupação racional; 5) educação e comunicação ambiental.

META 7. Implantação de ações na gestão, no ensino, na pesquisa e na extensão condizentes com a política ambiental da UPF.	
Estratégia 7.1	Finalizar e socializar a política ambiental, a qual prevê a orientação da gestão institucional de forma que os diferentes setores e processos da instituição sejam planejados e implementados com base em princípios que garantam a preservação, conservação e sustentabilidade ambiental.
Estratégia 7.2	Contextualizar a política ambiental a todos os documentos construídos na instituição, ao PDI e aos Planos de Gestão da UPF.
Estratégia 7.3	Implementar mecanismos de comunicação e divulgação interna e externa das ações ambientais realizadas na instituição.
Estratégia 7.4	Implementar ações de gerenciamento de resíduos, efluentes, emissões e prevenção da poluição.
Estratégia 7.5	Implementar ações que comportem o planejamento, a urbanização e ocupação dos espaços, bem como a eficiência energética.

Objetivo 8:

Promover atividades voltadas para o desenvolvimento, a produção e a preservação cultural e artística, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo-se na elaboração e no desenvolvimento das políticas públicas voltadas à cultura, à memória e ao patrimônio regional e nacional.

META 8. Implementação de política de desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística junto às ações de ensino, pesquisa e extensão da UPF.	
Estratégia 8.1	Finalizar e socializar da política da cultura, memória e patrimônio, a qual prevê o desenvolvimento, a produção e a preservação cultural e artística por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão na UPF.
Estratégia 8.2	Garantir o diálogo entre as diversas culturas, assegurando-lhes o direito jurídico do reconhecimento e respeito por meio da qualificação de recursos humanos (gestores, agentes e comunidade) do setor cultural; proposição e a efetivação de políticas públicas de direitos humanos à cultura, à memória e ao patrimônio.
Estratégia 8.3	Promover pesquisa e debates orientativos ao reconhecimento, a preservação e a divulgação da pluralidade cultural, da memória e do patrimônio local e regional; constituir e consolidar espaços de produção e guarda culturais e artísticos nas diversas áreas.
Estratégia 8.4	Ampliar a produção de conhecimento, as práticas educativas e as atividades extensionistas focando o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável local e regional; consolidar os programas, os núcleos, os projetos, os cursos e os eventos acerca do patrimônio histórico, cultural e ambiental estreitando o diálogo com os gestores e agentes de políticas de cultura e meio ambiente e a comunidade.
Estratégia 8.5	Estimular processos de investigação interdisciplinar de planejamento e implementação de projetos e tratamento das questões do desenvolvimento urbano que promovam o respeito, o reconhecimento da cultura em sua dimensão econômica e turística.
Estratégia 8.6	Desenvolver estudos e processos que viabilizem a comunicação social em suas áreas técnica, humana e informativa; divulgar a produção do patrimônio histórico, artístico, cultural, material e imaterial e a produção de conhecimento, por meio da televisão, rádios e da imprensa da Universidade, realizando cooperação interna e externa.
Estratégia 8.7	Crear e manter um centro de memória como espaço-referência de programas, pesquisas e extensão em torno da cultura, memória e patrimônio, capaz de articular e unir as ações internas e externas.

Objetivo 9:

Implementar um sistema de gestão de responsabilidade social que permita o envolvimento de toda a cadeia produtiva/de serviços no processo, objetivando aplicar os princípios e as diretrizes de RS junto à rede de fornecedores, clientes, trabalhadores-funcionários, parceiros, dentre outros, visando ao estabelecimento de metas de corresponsabilização na defesa dos direitos humanos, sociais e ambientais.

META 9. Implementação de sistema gestor das práticas de responsabilidade social até julho de 2014.	
Estratégia 9.1	Implantar procedimentos de gestão que considerem a responsabilidade social na efetivação de operações na Instituição.
Estratégia 9.2	Incorporar a responsabilidade social em práticas de compras e de investimento, gestão de recursos humanos e outras funções organizacionais.
Estratégia 9.3	Estimular a efetiva participação de todos os níveis de trabalhadores nas atividades de responsabilidade social da organização.
Estratégia 9.4	Constituir subsídios para que a gestão possa periodicamente analisar e avaliar os processos de governança da organização; organizando os processos de acordo com o resultado das análises e comunicar as mudanças em toda a organização.
Estratégia 9.5	Realizar estudos preventivos relacionados à promoção do trabalho decente no contexto da UPF, considerando prerrogativas legais do Ministério do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho.
Estratégia 9.6	Desenvolver, implementar e manter uma política de saúde e segurança no trabalho baseada no princípio de que normas de saúde e segurança e desempenho organizacional sólidos se apoiam e reforçam mutuamente.

Objetivo 10:

Implementar um sistema de monitoramento e avaliação dos temas centrais a serem discutidos e qualificados no contexto institucional; visando a minimizar riscos sociais e ambientais.

META 10. Implementação de um sistema de monitoramento e avaliação até julho de 2014.	
Estratégia 10.1	Constituir indicadores de responsabilidade social a partir dos processos diagnósticos e do estabelecimento de prioridades em relação aos temas centrais, vinculando tais indicadores a um sistema informatizado de gestão da responsabilidade social.
Estratégia 10.2	Incluir a responsabilidade social como um elemento essencial na estratégia da organização por meio de sua integração nos sistemas, políticas, processos e comportamento em processos decisórios.
Estratégia 10.3	Acompanhar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, de modo a colocar em análise em que medida as práticas de responsabilidade social da UPF respondem aos desafios propostos.
Estratégia 10.4	Acompanhar a implementação de ações afirmativas – relacionadas à educação das relações étnico-raciais, à educação ambiental e à educação em direitos humanos, as quais ficam sob responsabilidade das Vice-Reitorias de Graduação, Pesquisa e Extensão.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Norma Brasileira ISO 26000*. Diretrizes sobre responsabilidade social. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 26.000: Responsabilidade Social: Sistema da gestão: Requisitos*. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96. Brasília: Imprensa Oficial, *Diário Oficial*, v. 134, n. 248, 1996.

_____. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Seção 1, p. 3-4. Dis-

ponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Portaria n.º 300, de 30 de Janeiro de 2006. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jan. 2006. Seção 1, p. 5-7. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/superior/2005/avaliacao_institucional/Avaliacao_Institucional_Externa.pdf

_____. Ministério da Educação. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. *Lei 10.861*. Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES. Brasília: Imprensa Oficial, Diário Oficial. 2004

_____. *Lei 10.861*. Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES. Brasília: Imprensa Oficial, *Diário Oficial*. 2004. BRASIL. Ministério da Educação. Sinaes. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR, 2010.

_____. *Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Brasília, DF: [s. n.], 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 11 mar. 2014.

CALDERON, Adolfo Ignácio. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. In: *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*. Ano 2 ... 36 (Jun. 2006). ISSN 1516-6201

_____. Responsabilidade Social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. In: *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*: ano 24, n. 36, jun. 2006b.

CLICRBS. *Crime ambiental: operação piracema fiscaliza pesca ilegal na região*. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/passofundo/tag/crime-ambiental/page/2/>. Acesso em: 28 jun. 2013.

CNE/CP. *Resolução CNE n.º 1, de 17 de junho de 2004*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

CONSELHO INDIGIENISTA MISSIONÁRIO. *Violência contra os povos indígenas no Brasil*. Dados de 2012.

IBGE. *Censo demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003*.

_____. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações no quesito cor ou raça*.

INSTITUTO ETHOS. *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial*. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

MORETTO, Cleide; DALMOLIN, Bernadete. Responsabilidade Social: uma característica inerente às instituições de ensino superior. In: BERTOLIN, Julio Cesar; SOUZA, José Carlos. *Planejamento Institucional de uma universidade comunitária: idéias, propostas e experiências na UPF*. Passo Fundo: Editora UPF, 2012.

NEXJOR. *A relação entre a cultura e a terra*. Disponível em: <http://www.upf.br/nexjor/?p=20921>

NUSSBAUM, Martha. *Sin fines de lucro*. Buenos Aires, Ar.: Discusiones, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração do milênio*, Cimeira do Milênio, Nova York, setembro de 2000.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UPF 2012-2016 - PDI. Passo Fundo: UPF, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.prt4.mpt.gov.br/pastas/noticias/mes_agosto12/1308mpt_pass_fundo.html.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. *Pobreza extrema nos municípios do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Plano quinquenal para o desenvolvimento institucional 2012-2016. Passo Fundo: UPF Editora, 2011.

VALLAEYS, François. Que significa responsabilidade social universitária? *Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior*, ano 24, n. 36, p. 30-56, jun. 2006. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicações/Estudos34.pdf>. Acesso em: 23 maio 2013

PARTE II

Diretrizes norteadoras
da política de
responsabilidade social
na UPF - Meio ambiente

1

Política de desenvolvimento social - meio ambiente da UPF

No contexto ambiental atual, é indiscutível o papel das universidades como agentes articuladores e promotores de propostas voltadas à melhoria e à manutenção da qualidade ambiental. A atuação dessas instituições deve ocorrer por meio da formulação, da implementação e da multiplicação de políticas, programas e projetos ambientais, bem como deve estar articulada às demandas da sociedade. Assim, as instituições de ensino superior possuem grande responsabilidade em influenciar positivamente a comunidade acadêmica e a sociedade em geral em prol da sustentabilidade ambiental.

A definição da política ambiental contribui para a orientação e a ordenação da sustentabilidade da universidade, dotando o processo de expansão e consolidação da instituição com princípios éticos e de responsabilidade, cujas fragilidades, limites e potenciais ambientais identificados, transformam-se em uma preocupação para com a própria comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

A proposta de criação da política encontra-se inserida nos documentos oficiais da Fundação Universidade de Passo Fundo, como pode ser percebida na sua missão, que é “produzir e difundir o conhecimento, promovendo a melhoria da qualidade

de vida e a formação de cidadãos com postura crítica, ética e humanista, visando a atuarem como agentes de transformação”. Também está presente nos documentos do Balanço social 2011, com a seguinte descrição: “Comprometida com a qualidade do ensino plenamente ligado às ações de pesquisa e extensão, a Fundação Universidade de Passo Fundo atua por meio de suas mantidas, num universo regional diversificado de forma a contribuir com o desenvolvimento, com respeito à identidade e à diversidade, com atenção a uma gestão com sustentabilidade”. Ainda, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional, na meta qualificar as condições ambientais e dos espaços de estudo e trabalho, está descrito o objetivo: “elaborar um programa institucional de gestão ambiental sustentável de promoção da ecoeficiência”. Esses objetivos e princípios encontram-se, por sua vez, totalmente contextualizados com a preocupação nacional e internacional de conservação e uso racional de recursos naturais.

A política de responsabilidade social da instituição, elaborada e aprovada pelo Conselho Diretor em 2006, está alicerçada na sua trajetória histórica e nas novas exigências relacionadas ao ensino superior, consoante ao que dispõe a lei nº 10 861/2004, que Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências e a Norma Brasileira ISO 26000, que dispõe quanto às diretrizes sobre responsabilidade social (ABNT, 2010). Essa política leva em conta o conceito de universidade comunitária, cuja identidade caracteriza-se pelo compromisso histórico do fortalecimento da dimensão social e ética do fazer universitário, reafirmando a sistematização e difusão do conhecimento. A finalidade dessa política é, fundamentalmente, *a promoção da inclusão social, do desenvolvimento econômico e social, da defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural*.

Em atendimento a essa demanda, a administração superior da UPF, por intermédio de sua Vice-Reitoria de Extensão

e Assuntos Comunitários, compôs uma comissão, com a responsabilidade de coordenar e elaborar a política ambiental da instituição. Para tanto, foi constituída a comissão responsável pela elaboração da política de responsabilidade social – meio ambiente da UPF, por meio da Portaria 45/2012. Essa comissão promoveu o resgate da documentação referente às questões ambientais na instituição, e, a partir de reuniões de trabalho, com elaboração coletiva de documentos, elaborou uma proposta, orientada pelos eixos temáticos e respectivas diretrizes e metas expostas a seguir.

2

Histórico das ações ambientais na UPF

2.1 Centro de Ciências e Tecnologias Ambientais (CCTAM)

O CCTAM é um órgão vinculado à Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, criado em 1998 (UPF), que executa atividades de extensão e pesquisa, ligadas à área de ciência e tecnologia do ambiente, criando e mantendo um grupo de apoio à extensão e pesquisa na área de ciência e tecnologia ambientais, capacitando técnica e cientificamente os profissionais ligados à área de meio ambiente da UPF em sua estrutura multicampi e em outras entidades ou instituições. Presta assessoria e/ou serviços às empresas e instituições; integra-se com outros órgãos públicos e privados; identifica problemas ambientais e observa os impactos negativos deles decorrentes, reportando-os à comunidade, às instituições e às autoridades, baseados na legislação vigente e oferecendo alternativas de solução. Representa a UPF junto a ONGs, conselhos, fóruns e organismos de discussão da melhoria da qualidade ambiental na comunidade local e regional, garantindo, dessa forma, um dos objetivos da extensão universitária.

2.2 Setor de Saneamento Ambiental (SSA)

Criado em 2004, tem como objetivo desenvolver atividades visando à gestão ambiental da UPF, obedecendo à legislação vigente quanto aos aspectos ambientais da instituição. O SSA é o órgão executivo da gestão ambiental e está vinculado à Divisão Administrativa – Vice-Reitoria Administrativa (VRADM) da Universidade de Passo Fundo.

2.3 Museu Zoobotânico Augusto Ruschi (Muzar)

Vinculado ao Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade de Passo Fundo (UPF), tem como finalidade “valorizar o patrimônio natural através da preservação dos recursos naturais e da integração dos seres vivos e do conhecimento” (UPF, 2002). Como um museu de ciências naturais, mantém coleções representativas do patrimônio natural, como acervo de pesquisa e educação. Fundamentado nos princípios da Política Nacional de Educação Ambiental, dedica-se em proporcionar a interação do mundo acadêmico com a comunidade por meio da educação ambiental.

Desde 1995, o Muzar realiza atividades ambientais na educação e na conservação. Na educação ambiental, oportuniza e participa interna e externamente de diversas interações, por meio de palestras, trilhas, projetos, mostras, feiras, campanhas, eventos educacionais e culturais, promovendo o contato, o encontro, a troca, a construção de conhecimento, de ideais e percepções. Na conservação, apoia projetos de pesquisa das áreas afins, bem como participa de projetos de reconhecimento e proteção da flora e fauna regional.

3 Política ambiental da Universidade de Passo Fundo

A Universidade de Passo Fundo, visando melhorar a qualidade de vida em sua estrutura multicampi, a geração e a socialização de conhecimentos e tecnologias para a comunidade, estabelece como princípios orientadores em busca do desenvolvimento sustentável, o estímulo à educação ambiental, o atendimento à legislação vigente, a melhoria contínua de seu desempenho e a integração da perspectiva ambiental às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade de Passo Fundo, visando à sustentabilidade ambiental plena, propõe desenvolver suas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão orientada por uma política ambiental clara e objetiva, adequada à sua realidade, no contexto comunitário, com base no planejamento e na gestão em torno dos seguintes eixos temáticos: 1) conservação, preservação e sustentabilidade ambiental; 2) gestão de resíduos e combate à poluição; 3) eficiência energética; 4) urbanização e ocupação racional; 5) educação e comunicação ambiental.

3.1 Objetivos da política ambiental da UPF

A política ambiental da UPF está sendo formulada de maneira a atender basicamente as recomendações da Agenda 21, a qual sugere que “o ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável” (2004, p 10.) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o qual destaca “a responsabilidade da Instituição quanto à defesa do meio ambiente” (2004, p. 10).

A partir desses pressupostos, os objetivos da política ambiental da UPF ficam assim definidos:

- a) orientar, de maneira participativa, a gestão ambiental da Universidade de forma que os diferentes setores e processos da instituição sejam planejados e implementados com base em princípios de sustentabilidade ambiental visando à preservação, à conservação e à sustentabilidade ambiental; à educação e à comunicação ambiental apropriada; à efetiva gestão de resíduos e poluição; à eficiência energética e à urbanização e ocupação racional dos *campi*;
- b) orientar a gestão sustentável da Universidade;
- c) promover a gestão de resíduos; a eficiência energética e o planejamento da expansão dos *campi*;
- d) promover a preservação, a conservação e a sustentabilidade ambiental;
- e) apresentar à comunidade universitária e à sociedade em geral os propósitos da instituição para com a sustentabilidade, mediante promoção de estratégias de gestão ambiental baseadas em ações de educação e comunicação ambiental, prevenção, controle e recuperação ambiental, aplicados a cada setor/atividade na UPF.

4 Eixos temáticos

A política ambiental da UPF foi direcionada aos seguintes eixos temáticos:

4.1 Preservação, conservação e sustentabilidade ambiental

Diretriz

A gestão da UPF deverá ser orientada de forma que os diferentes setores e processos da instituição sejam planejados e implementados com base em princípios que garantam a preservação, a conservação e a sustentabilidade ambiental.

Princípios

- Ações de gestão ambiental da UPF devem estar em consonância com as convenções, tratados, protocolos e acordos ambientais internacionais, bem como com a legislação e normas federais, estaduais e as municipais.
- Demandas de recursos naturais nos diferentes setores/atividades da UPF conhecidos e gerenciados por meio de planejamento integrado.
- Processos de gestão da UPF em consonância com os princípios de preservação, conserva-

ção e sustentabilidade ambiental, mediante estratégias que garantam o menor consumo de recursos naturais e a menor geração de resíduos possível.

Metas

- Cumprir as normas e legislações ambientais relacionadas à preservação, à conservação e à sustentabilidade ambiental, em todas as atividades e setores.
- Aplicar princípios de preservação, conservação, sustentabilidade ambiental e consumo consciente nos processos de decisão, na aquisição e na contratação de serviços no âmbito da gestão e relacionamento interno e externo.
- Propor a inclusão documental de premissas de preservação, conservação e sustentabilidade ambiental, na proposta pedagógica dos diferentes cursos de graduação, pós-graduação e extensão.
- Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão que garantam, no âmbito interno e externo, a formação de cidadãos comprometidos com a preservação, conservação e sustentabilidade ambiental.
- Elaborar e implementar programas de sensibilização e capacitação gerencial para o corpo técnico, discente e docente, na temática preservação, conservação e sustentabilidade ambiental.
- Priorizar estratégias de preservação, conservação da biodiversidade nativa em projetos de arborização e paisagismo, bem como em projetos de ensino, pesquisa e extensão.
- Priorizar o emprego de produtos com a menor toxicidade possível nas atividades administrativas e de ensino, pesquisa e extensão.

- Promover o desenvolvimento de projetos voltados à conservação, à recuperação e à sustentabilidade ambiental e proteção dos recursos naturais, especialmente focados para recursos escassos e espécies raras e ameaçadas.
- Estimular pesquisas, projetos de consumo de energias produzidas a partir de fontes renováveis.
- Atuar proativamente nos debates e demais ações referentes a políticas públicas de setores que mantêm relação direta com a política ambiental da UPF, por exemplo, de mobilidade urbana, transporte público, gerenciamento público de resíduos, entre outros.
- Garantir a criação e a manutenção de áreas de preservação na maior proporção territorial possível nos *campi* da UPF.

4.2 Educação e comunicação ambiental

Diretriz

Deverá ser estabelecido um processo amplo e integrado de educação e comunicação ambiental, capaz de orientar e subsidiar a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão no que se refere ao ideário da política de gestão ambiental da UPF, buscando facilitar e incentivar melhorias constantes no que concerne à missão socioambiental da Universidade.

Princípios

- Identificação das demandas ambientais existentes nos diversos setores e segmentos da UPF.

- Criação e fortalecimento dos processos de Educação e Comunicação Ambiental no âmbito interno e externo da UPF, aprimorando os existentes e expandindo sua abrangência.
- Divisão da política ambiental da UPF por meio de ações de educação e comunicação ambiental em todos os níveis da instituição.

Metas

- Contextualizar a política ambiental em todos os documentos construídos na instituição, PDI, e planos de gestão da UPF.
- Orientar gestores e a comunidade universitária quanto à importância da educação e comunicação ambiental.
- Melhorar a comunicação e da divulgação interna e externa das ações ambientais realizadas na Instituição.
- Implementar programas contínuos de educação e comunicação ambiental na UPF.

4.3 Gerenciamento de resíduos, efluentes, emissões e prevenção da poluição

Diretriz

Os resíduos, efluentes e emissões geradas nas atividades e setores da UPF deverão ser adequadamente geridos, contribuindo com o uso racional de recursos naturais e materiais, visando a reduzir e a prevenir a poluição e a preservar ou melhorar a qualidade do meio ambiente, de acordo com as normas e legislação vigente, no âmbito da UPF e externo, integrando ações de minimização, reutilização e destino correto destes, aplicando-se monitoramento constante.

Princípios

- Redução substancial da produção de resíduos gerados na Instituição, através de metodologias participativas.
- Reaproveitamento dos resíduos gerados na instituição;
- Destino adequado dos rejeitos produzidos no âmbito do gerenciamento de resíduos da instituição.
- Promoção do monitoramento e controle dos resíduos, efluentes e emissões.

Metas

- Ampliar e divulgar diagnóstico sobre os resíduos na UPF e sua gestão.
- Reduzir a geração de resíduos mediante a redução de consumo de recursos.
- Reaproveitar os resíduos gerados, quando possível;
- Promover o adequado armazenamento, transporte e destinação dos resíduos gerados.
- Promover a capacitação e formação para todos os envolvidos, no correto gerenciamento dos resíduos na instituição.
- Promover a geração e divulgação de conhecimento em gerenciamento de resíduos.
- Construir participativamente e implantar um programa de gerenciamento integrado de resíduos na UPF.
- Elaborar, organizar, divulgar e implementar instruções operacionais para gerenciamento de resíduos e controle de poluição na UPF.
- Implantar o sistema de monitoramento de poluição atmosférica (emissões, ruídos e odores) e controle da qualidade do ar dos *campi*, devido à fontes fixas e móveis;

- Manter o monitoramento, controle e tratamento dos efluentes gerados nas unidades de ensino e do tratamento existente na Estação de Tratamento de Efluentes da UPF.
- Manter e ampliar o monitoramento ambiental quanto à poluição na UPF, gerando indicadores e promovendo sua divulgação.

4.4 Eficiência energética

Diretriz

Promoção do uso eficiente, do combate ao desperdício, do uso de fontes alternativas e da geração sustentável de energia, em todas as suas formas, no âmbito da comunidade universitária da UPF.

Princípios

- Eficiência energética em todos os setores.
- Desperdício de energia gerenciado e minimizado.
- Busca por novas fontes de energia não convencionais e sustentáveis.

Metas

- Otimizar a utilização da energia.
- Implementar programa integrado e medidas de combate ao desperdício da energia.
- Reduzir os custos relativos ao consumo da energia.
- Incentivar pesquisas voltadas à geração sustentável de energia.

4.5 Planejamento, urbanização e ocupação dos espaços

Diretriz

Os *campi* da UPF deverão ser transformados em modelos de referência de construção sustentável, buscando um cronograma de adaptações que gradativamente inclua princípios de sustentabilidade, primando para melhoria da logística das vias de acesso, consolidando um processo de extensão e ocupação dos próprios *campi* que viabilize o crescimento das atividades da comunidade acadêmica, tanto quantitativa como qualitativamente, respeitadas as características e limitações ambientais locais.

Princípios

- Planejamento e urbanização, estacionamentos, transportes, vias de deslocamento interno dos *campi* ampliadas e melhoradas.
- Estuturação de projetos de urbanização e ocupação na UPF planejados e executados com respeito aos preceitos sustentáveis.
- Observação da política ambiental da instituição ao planejar ações de expansão e edificações.

Metas

- Promover a discussão da criação participativa de um plano diretor em todos os *campi* que contemple a sustentabilidade ambiental como princípio orientador na forma de um marco regulatório.
- Garantir a evolução sustentável do processo de expansão e ocupação do campus da UPF intrinsecamen-

te relacionado ao processo de desenvolvimento de sua infraestrutura interna.

- Modernizar e adequar a infraestrutura das construções do campus da UPF para seguirem as boas práticas de sustentabilidade ambiental.
- Readequar e otimizar as vias de deslocamento nos *campi*, sejam elas para carros, transportes coletivos, pedestres ou outros tipos de transportes, visando à sua eficiência e conciliando a relação entre o fluxo interno e externo correspondente.
- Criar áreas de preservação ambiental e verdes ao longo do processo de expansão dos *campi*, contribuindo com a qualidade de permanência da comunidade acadêmica.
- Implantar a recuperação das áreas de preservação permanentes (APPs).
- Elaborar estudo para implantação e criação de reservas de proteção particular natural (RPPN) no âmbito das comunidades de influência da UPF.

5 Estratégia, procedimentos para elaboração, avaliação e solidificação da política ambiental institucional

A política ambiental da UPF será elaborada e implementada a partir de processos participativos. Na fase de planejamento, a participação da comunidade acadêmica se dará por meio de oficina de trabalho/plenária envolvendo delegados representantes das diferentes categorias (docentes, discentes e funcionários/colaboradores) das unidades da Universidade, eleitos por seus pares e/ou indicados pela chefia correspondente.

Na oficina de trabalho/plenária, será apresentada a proposta para discussão e re-elaboração do documento final da política de desenvolvimento social – meio ambiente da UPF.

A proposta de representação da comunidade acadêmica participante na oficina de trabalho/plenária é de 56 delegados, com a seguinte composição:

- a) membros da Comissão de Desenvolvimento Social – meio ambiente, em número de seis, os quais são automaticamente participantes da oficina;
- b) administração superior: um representante da FUPF; três representantes das vice-reitorias indicados pelo reitor; seis representantes dos *campi* indicados pelo Reitor;

- c) órgãos suplementares: cinco representantes (um do setor de engenharia, um do setor jurídico e um de cada uma das três mantidas (UPF idiomas, UPF TV e Centro de Ensino Médio Integrado));
- d) unidades acadêmicas: três representantes por unidade, sendo um discente, um colaborador/funcionário e um docente, totalizando 12 discentes, 12 funcionários/colaboradores e 12 docentes.

O trabalho final será sistematizado e consolidado em audiência pública a ser definida pela comissão, garantida a participação de toda a comunidade universitária interessada.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Norma Brasileira ISO 26000, que dispõe sobre as Diretrizes Sobre Responsabilidade Social*. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 25 mar. 2014.

_____. *Norma Brasileira ISO 26000*. Diretrizes sobre responsabilidade social. 2010.

BALANÇO SOCIAL 2011. Disponível em: <<http://www.upf.br/fupf/images/stories/balanco-social-fupf-2011.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

BRASIL, *Lei nº 10 861/2004 que Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências*. 2004.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 Brasileira*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. *Processo nº 2002/19154: regimento interno - Muzar/ICB*. Passo Fundo: Secretaria Geral dos Cursos/UPF. 30 set. 2002.

_____. *CTAM*. Disponível em: <<http://www.upf.br/vekk>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

_____. *CCTAM*. Disponível em <<http://www.upf.br/vekk>>. Acesso em: 25 mar. de 2013.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. *PDI. 2006*. Disponível em: <[https://secure.upf.br/apps/conteudo/arquivos Reitoria PDI.php](https://secure.upf.br/apps/conteudo/arquivos_Reitoria_PDI.php)>. Acesso em: 25 mar. 2014.

PARTE III

Diretrizes norteadoras da
política de responsabilidade
social na UPF - Cultura,
memória e patrimônio

1

Política institucional de cultura, memória e patrimônio

1.1 Diagnóstico

Os espaços culturais da Universidade de Passo Fundo fomentam o desenvolvimento do ser humano de modo global, trazendo qualidade de vida e melhorias nas práticas cotidianas, no entanto, as atividades estão desarticuladas e fragmentadas. A UPF, enquanto universidade comunitária, pode atuar no estímulo e na promoção da cultura, partindo da compreensão do *campus* como um grande espaço de cultura no qual todas as ações acontecem ainda de forma diluída, mas, ainda assim, irradiando um novo comportamento para a cidade.

Especificamente, o Curso de História e o Programa de Pós-Graduação em História da UPF, pela natureza de seu objeto de estudo e das diretrizes orientativas, já desenvolvem atividades em torno da questão cultural, da memória e do patrimônio, por intermédio do AHR, do MHR, do Laboratório de Arqueologia e Cultura Material (LACUMA), do Projeto Momento Patrimônio, da linha de pesquisa Cultura e Patrimônio (PPGH) e de assessorias, de forma sistemática, necessitando, assim, de articulação entre as práticas, bem como em constituir-se em centro de referência local e regional.

Em termos de poder público municipal, existem iniciativas de *Inventário Inicial com bens Imóveis Indicadores para Preservação através de Tombamento Provisório*, realizado em parceria com o curso de Arquitetura da UPF. No município de Passo Fundo, existem aproximadamente dezesseis museus⁹; em torno de sete bibliotecas e arquivos¹⁰; duas associações culturais de caráter memorialística da imigração¹¹; aproximadamente sete¹² projetos relacionados com a história, com o patrimônio histórico-cultural e com a arqueologia. Isso demonstra a necessidade de agregar essas atividades, atualmente fragmentadas, em um centro que lhes dê fundamentos e suporte metodológico à pesquisa e à divulgação de conhecimento científico, vinculados à área das Ciências Humanas e Sociais como unidade operacional da Universidade de Passo Fundo, garantindo sentido e condições de desenvolvimento crítico e responsável à cultura e à história regional.

Ainda, nesse sentido, há de se considerar as exigências legais da Prefeitura Municipal de Passo Fundo *Anteprojeto de*

⁹ Museu Histórico Regional (MHR) – Universidade de Passo Fundo e Prefeitura Municipal de Passo Fundo; Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MARVRS) – Universidade de Passo Fundo; Museu do automobilismo Brasileiro (Associação Cultural e Museu do Automobilismo) – Passo Fundo; Museu Zoobotânico Augusto Ruschi – (Muzar) – Universidade de Passo Fundo; Museu do CTG Lalau Miranda; Museu Paixão Côrtes; Museu Raimundo Damin; Museu do instituto Menino Deus (MUSIMEDE); Museu de História da Medicina de Passo Fundo (MUHM) – Academia Passo-Fundense de Medicina; Museu dos Imigrantes Leonardo da Vinci – Centro Italiano di Beneficenza e Assistenza Leonardo da Vinci; Museu do cantor “Teixeirinha” – Passo Fundo; Museu do Rádio – *Daltro D’Arisbo*; Museu Raimundo Damin; Museu Zoobotânico do Colégio Conceição.

¹⁰ Arquivo Histórico Regional (AHR) – Universidade de Passo Fundo; Arquivo Central UPF; Biblioteca Central da UPF; Biblioteca do SESC de Passo Fundo; Biblioteca do SESI; Biblioteca Pública Municipal Arno Viunisk; Memorial – UPF.

¹¹ Sociedade União Israelita de Passo Fundo; Associação Sócio-Cultural Alemã de Passo Fundo.

¹² Projeto História, Memória e Judiciário; Projeto Passo Fundo; Projeto Lacuma; Projeto Momento patrimônio; Inventário do patrimônio histórico e arquitetônico de Passo Fundo – Curso de Arquitetura UPF; Videoaulas: Educação Ambiental; Educação para as Relações Étnico-Raciais Direitos Humanos; Programa Culturalção; Projeto “Complexo cultural Parque da Gare – Passo Fundo – Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

*lei: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado 2005*¹³, que dá amparo à proposição de ações integralizadas entre a Universidade de Passo Fundo e à comunidade; a necessidade da comunidade, a inexistência de projeto, discussão e ou qualquer tipo de prática pedagógica de educação patrimonial na Rede Municipal de Passo Fundo e região, que busca assessoria e consultoria constantemente ao Curso de História/UPF. Dessa forma, a necessidade de convênios, projetos e práticas dirigidas por uma política institucional de Cultura, Memória e Patrimônio é necessária frente à demanda acadêmica e comunitária, tanto ao desenvolvimento e à divulgação do conhecimento, quanto à demanda de prestação de serviço.

Esses aspectos perpassam as interfaces produtivas do território, a logística e o desenvolvimento local, pois não é mais possível tratar do assunto de forma fragmentada e desarticulada ao desenvolvimento social e cultural. Planejar e fazer a gestão do território exige profundo conhecimento sobre a vida local e suas formas, conhecimento sobre esse território e suas culturas, e pressupõe usar esses elementos como mola propulsora do desenvolvimento.

1.2 Concepção

A Universidade de Passo Fundo (UPF) tem se destacado como uma instituição de ensino superior que atenta para as questões contemporâneas assim como para as demandas da região de sua abrangência. Tal característica deriva da própria missão institucional e da compreensão de que o ambiente acadêmico agrega o ambiente externo o qual visa modificar, pois se tem como perspectiva a produção e difusão de conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e auxiliem na formação de cidadãos competentes e críticos,

¹³ Informações disponíveis em: <<http://www.icom.org.br>>.

aptos a atuarem como agentes de transformação (PDI, 2012, p. 10). Correspondendo a esta missão, a Política de Extensão da UPF prima pelo “processo educativo, cultural e científico que permeia e articula as atividades de ensino e pesquisa, de forma transparente e dialogada, para possibilitar transformações entre universidade e comunidade regional” (PEAC, 2011, p. 10).

Nesse sentido, a instituição lança-se à tarefa de empreender, de modo mais sistemático e consistente, uma política para a Cultura, Memória e Patrimônio, derivada do entendimento de que tais questões são prementes, necessárias e coerentes com a missão, as finalidades e os objetivos institucionais, assim como com seu compromisso e responsabilidade sociais, indicativos da urgência de uma interação ampliada com a comunidade também nessas questões (PDI, 2012). Para tanto, parte-se da concepção de que a cultura deva ser compreendida a partir de três dimensões, conforme proposto pelo Ministério da Cultura (MinC), a saber: a dimensão simbólica (relacionada ao imaginário, às expressões artísticas e às práticas culturais), a dimensão cidadã (como direito básico do cidadão e condição indispensável ao desenvolvimento humano, contemplado na Carta Magna e nas Declarações universais) e a dimensão econômica (geradora de crescimento, emprego e renda).

A memória está sendo entendida como um conjunto de funções psíquicas que fazem intervir na ordenação dos vestígios (informações) e também na releitura desses vestígios em cada situação histórico-social. A memória seria essa “propriedade de conservar certas informações [...] graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 1994, p. 419) e que, portanto, produz os elementos de identidade dos grupos humanos, constituindo-se como patrimônio das sociedades.

Por fim, essa política institucional pauta-se na compreensão do patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais, considerados elementos de identidade, sendo essas formas de expressão; modos de fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição Federal, art. 216, 1998). Dessa forma, a Universidade efetiva seu compromisso de responsabilidade social com a comunidade atentando para os aspectos culturais e identitários da sua região de abrangência.

1.3 Princípios e diretrizes

A política institucional de cultura, memória e patrimônio da UPF contempla em seus dispositivos a aproximação com as diretrizes nacionais, regionais e locais para a cultura, sobretudo os itens elencados no *Plano Nacional de Cultura* (Lei nº 12.343/2010) e do documento *As metas do Plano Nacional de Cultura* (2012). Nesse sentido, elenca como princípios norteadores de sua proposta:

- I. responsabilidade social com a produção, difusão e defesa do meio ambiente, da memória, da produção artística e do patrimônio histórico-cultural;
- II. colaboração com os agentes públicos, privados e comunitários para o desenvolvimento da economia da cultura;
- III. participação na formulação e no acompanhamento das políticas culturais institucionais e comunitárias;
- IV. liberdade de expressão, criação, fruição e diversidade cultural como direito humano;

- V. direito e acesso à informação, à comunicação, à crítica cultural, direito e acesso à memória e às tradições;
- VI. valorização da cultura como vetor do desenvolvimento e responsabilidade socioambiental.

As diretrizes desta política para a cultura, memória e patrimônio da UPF têm como perspectiva o compromisso social institucional, assim como a proposta de formação integral como sua finalidade. Nesse sentido, a ação deve estar comprometida com a melhoria das condições de vida, promovendo a dignidade humana e a erradicação das discriminações, dominações e desrespeito. Essa política assume ainda o compromisso de participar ativa e articuladamente com sociedade e entidades na concepção e promoção de ações de impacto para a mudança social dos setores e âmbitos concernentes à sua abrangência nos campos educacional, cultural e social.

1.4 Objetivos

Objetivo geral

A política ambiental institucional tem como objetivo geral promover atividades voltadas para o desenvolvimento, a produção e a preservação cultural e artística, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo-se na elaboração e no desenvolvimento das políticas públicas voltadas à cultura, memória e patrimônio regional e nacional.

Objetivos específicos

Como objetivos específicos, por sua vez, contemplam-se ações como:

- a) reconhecer e valorizar a diversidade cultural, ambiental, étnica e regional;

- b) promover o patrimônio histórico, artístico e cultural, material e imaterial;
- c) valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- d) promover o direito às memórias por meio de seus museus, arquivos, acervos, coleções e memorial;
- e) universalizar o acesso à cultura e à arte;
- f) estimular a presença da arte e da cultura em todo o seu ambiente educacional e na comunidade em geral;
- g) estimular o pensamento crítico e reflexivo;
- h) estimular a economia da cultura e a vivência cultural;
- i) reconhecer os saberes, conhecimentos, expressões culturais e os direitos de seus detentores;
- j) qualificar a gestão na área cultural nos setores internos e externos à UPF;
- k) profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais da instituição e da comunidade;
- l) consolidar processos de consulta e participação da comunidade na formulação de ações da região de abrangência da UPF;
- m) articular e integrar sistemas de gestão cultural.

1.5 Ações

Com base nos princípios e diretrizes já apresentados, essa política institucional de cultura, memória e patrimônio propõe as seguintes ações:

- a) garantir o diálogo entre as diversas culturas, assegurando-lhes o direito jurídico do reconhecimento e o respeito por meio da qualificação de recursos humanos (gestores, agentes e comunidade) do setor cultural; proposição e a efetivação de políticas públicas de direitos humanos a cultura, a memória e ao patrimônio;
- b) promover pesquisa e debates orientativos ao reconhecimento, à preservação e à divulgação da pluralidade cultural, da memória e do patrimônio local e regional; constituir e consolidar espaços de produção e guarda culturais e artísticos nas diversas áreas;
- c) ampliar a produção de conhecimento, as práticas educativas e as atividades extensionistas, focando o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável local e regional; consolidar os programas, os núcleos, os projetos, os cursos e os eventos acerca do patrimônio histórico, cultural e ambiental, estreitando o diálogo com os gestores e agentes de políticas de cultura e meio ambiente e a comunidade;
- d) estimular processos de investigação interdisciplinar de planejamento e implementação de projetos e tratamento das questões do desenvolvimento urbano que promovam o respeito, o reconhecimento da cultura em sua dimensão econômica e turística;
- e) desenvolver estudos e processos que viabilizem a comunicação social em suas áreas técnica, humana e informativa; divulgar a produção do patrimônio histórico, artístico, cultural, material e imaterial e a produção de conhecimento através da televisão, rádios e da imprensa da Universidade, realizando cooperação interna e externa;

- f) criar e manter um centro de memória como espaço referência de programas, pesquisas e extensão em torno da cultura, memória e patrimônio capaz de articular e unir as ações internas e externas.

1.6 Espaços

Os espaços da cultura não são necessariamente espaços físicos, mas todo espaço material ou imaterial onde a cultura possa se manifestar. Em relação ao espaço físico, suporte material, este também deve ter uma compreensão mais ampla, que extrapola os espaços específicos de manifestação da cultura tais como teatros, museus e centros culturais. Atualmente, a definição de espaço cultural é mais ampla e aborda não só as materialidades tais como os edifícios do MHR e MAVRS e Teatro Múcio de Castro, mas também os espaços significativos, com valor simbólico, onde ocorrem as manifestações culturais.

Sobre a questão da incorporação da cultura nos hábitos sociais diários:

Cultura não é apenas filmes e óperas e artes visuais, cultura é também recuperação de zonas urbanas decaídas (...) é também transporte público limpo, digno e freqüente, conduzido por pessoas que sabem estar prestando um serviço público essencial, e não um favor, a outras pessoas que lhe são iguais e não inferiores; cultura é também ônibus que se detêm junto ao meio-fio das calçadas nos pontos de parada de modo a que as pessoas não tenham dificuldade física de acesso aos veículos. Em outras palavras, cultura é também, como propõe Anthony Giddens, responsabilidade individual reforçada. Cultura também é, como sugere Néstor Canclini, cidadãos organizados em rede e participando daquilo que é oferecido. Cultura é uma cidade arquitetonicamente sugestiva, que saiba harmonizar as necessidades evidentes de preservação do patrimônio com a acolhida do novo indispensável à vitalização do imaginário (Coelho, 2008, p. 66).

Os espaços culturais devem atuar como espaços que fomentam o desenvolvimento do ser humano de modo global, trazendo qualidade de vida e melhorias nas práticas cotidianas.

A UPF enquanto universidade comunitária, pode atuar no fomento e desenvolvimento da cultura abordando o campus como um grande espaço de cultura onde todas as ações aconteçam de forma diluída neste espaço irradiando um novo comportamento para a cidade.

O uso da UPF como um grande parque nos finais de semana já indica seu potencial como espaço transformador. A inserção de novos hábitos e novas práticas nesse grande espaço da e para a cultura atua como ponto irradiador para a cidade como um todo. A sociedade, em constante mudanças, exige territórios mais porosos.

A UPF e seus espaços culturais deverão:

- promover a visibilidade de expressões artísticas ainda pouco valorizadas pelo mercado;
- fomentar ações e dinâmicas culturais em seus espaços físicos inserindo a sociedade no processo de formação da cultura numa rede de memórias;
- oportunizar espaços para o fazer arte e apreciar arte, permitindo um espaço de educação informal de transmissão de conteúdos, o que, via de regra aproxima de seus públicos das expressões culturais que oferecem;
- fomentar a multidisciplinaridade associada às atividades culturais espaços de lazer e de sociabilidade auxiliando na construção de uma relação de maior intimidade entre as pessoas e as diversas expressões culturais.

Para tanto, entende-se como primordial a qualificação dos espaços existentes, atraindo o público para a vivência diária da cultura.

2 Articulação, convênios, avaliação e atualização

2.1 Articulação e convênios

Articulação e convênios implicam o reconhecimento que a política de cultura, memória e patrimônio da Universidade de Passo Fundo/UPF precisa atender a uma necessidade básica: desenvolver canais de conectividade com diversos setores da sociedade civil, poder público e iniciativa privada a fim de qualificar e potencializar seus inúmeros projetos, eventos e ações acadêmicas, bem como o desenvolvimento regional.

A cultura organiza-se por intermédio de processos estruturados por relações de produção, circulação e uso do conhecimento, manifesta-se e difunde-se por meio de conexões entre os seus elementos. Essas redes de cooperação social precisam ser articuladas, visando a uma composição interna e externa da instituição, fomentando a cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão da participação em editais e seleções públicas para o estímulo e potencialização dos projetos e processos culturais. Para tanto, precisa gerar mecanismos de captação de recursos e produção de demandas culturais no território, organizando estratégias de sensibilização dos gestores públicos locais, empresários e sociedade civil de forma intersetorial e sinérgica, colaborando com as diversas ações vinculadas com a cultura, a memória e o patrimônio.

2.2 Avaliação e atualização

Nesse contexto, faz-se necessário avaliar, periodicamente o alcance das diretrizes e eficácia das metas da política de cultura, memória e patrimônio no ensino, pesquisa e extensão da Universidade de Passo Fundo/UPF e território de abrangência de seus projetos, com base na construção de indicadores que quantifiquem a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdos, os níveis de trabalho, renda e acesso da cultura, de institucionalização e gestão cultural, de desenvolvimento econômico-cultural e de implantação sustentável de equipamentos culturais em consonância com o Programa Permanente de Avaliação Institucional (PPAI).

Para tanto, a política de cultura, memória e patrimônio visa coletar, sistematizar e interpretar dados, propor metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais, que permitam a formulação, o monitoramento, a gestão e a avaliação dos projetos e das políticas culturais em geral, verificando e disponibilizando estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais. Tais informações constituirão os subsídios para a revisão e, caso necessário, atualização desta política institucional, garantindo sua coerência com a demanda universitária, comunitária e mesmo legal para as questões de cultura, memória e patrimônio.

Referências

BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. *Lei nº 12.343 - Plano Nacional de Cultura*, de 02 de dezembro de 2010.

CHOAY, François. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

COELHO, Teixeira (Org.). *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

HORTA, M. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer; SOARES, Fernanda Codevilla (Coord.) *Educação patrimonial: perspectivas*. Santa Maria: UFSM, 2005.

MINC. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

PDI. *Plano de Desenvolvimento Institucional da UPF (2012-2016)*. Passo Fundo: UPF, 2012.

PEAC. *Política de Extensão e de Assuntos Comunitários*. Passo Fundo: UPF, 2011.

PPAI. *Programa Permanente de Avaliação Institucional*. Passo Fundo: UPF.